



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

BIANKA KAROLLAYNE MARQUES LEAL

**O PATRIMÔNIO EM LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DOS ANOS INICIAIS DO
ENSINO FUNDAMENTAL**

RECIFE

2023

BIANKA KAROLLAYNE MARQUES LEAL

**O PATRIMÔNIO EM LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DOS ANOS INICIAIS DO
ENSINO FUNDAMENTAL**

Monografia apresentada ao Curso de licenciatura em Pedagogia, do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco-UFRPE, como requisito à obtenção de título de licenciado(a) em Pedagogia, orientado(a) pelo Prof.º Dr.º Lucas Victor.

RECIFE

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Bibliotecário(a): Lorena Teles – CRB-4 1774

L434p Leal, Bianka Karollayne Marques.
O Patrimônio em livros didáticos de história dos anos
iniciais do ensino fundamental / Bianka Karollayne Marques
Leal. – Recife, 2023.
70 f.; il.

Orientador(a): Lucas Victor Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) –
Universidade Federal Rural de Pernambuco, Licenciatura
em Pedagogia, Recife, BR-PE, 2025.

Inclui referências.

1. Patrimônio cultural - Proteção - Estudo e ensino. 2.
História (Ensino fundamental) - Estudo e ensino. 3.
Patrimônio cultural nos livros didáticos. 4. Livros didáticos -
Brasil - Avaliação I. Silva, Lucas Victor, orient. II. Título

CDD 370

FOLHA DE APROVAÇÃO

BIANKA KAROLLYNE MARQUES LEAL

**O PATRIMÔNIO EM LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DOS ANOS INICIAIS DO
ENSINO FUNDAMENTAL**

Data da Defesa: _____/_____/202____

Horário: _____ horas

Local: Sala _____ - UFRPE

Banca Examinadora:

Lucas Victor Silva

Prof. Orientador(a)

Aristeu Portela Júnior

Prof.^a Examinador(a) Interno(a)

Danielle Cristine Camelo Farias

Prof. Examinador(a) Externo(a)

Resultado: () Aprovado/a

() Reprovado/a

Dedico este trabalho àqueles que sempre me apoiaram e lutaram para que eu chegasse até aqui, meus amados pais Elaine Gomes e Rubens Leal.

Agradecimentos

Agradeço ao meu Senhor e Deus por ter me dado, dentre tantas bênçãos, a oportunidade de ingressar na Universidade e por ter sido meu guia e sustento nesta caminhada árdua e cheia de desafios.

Ao meu orientador, Drº Lucas Victor, por ter acompanhado com paciência, cuidado, dedicação e zelo toda a construção deste trabalho. Por ter me incentivado e auxiliado nos momentos de incerteza e dúvidas sobre a pesquisa, sem a parceria dele este trabalho não teria chegado até aqui. A Lucas, expresso meu mais sincero sentimento de gratidão. Obrigada por acreditar em mim e por mesmo diante das dificuldades do percurso não ter desistido.

Aos meus pais, Elaine da Silva Gomes e Rubens Marques Leal, que se esforçaram e lutaram para que eu tivesse uma educação pública de qualidade, por acreditarem nos meus sonhos e ficarem ao meu lado. Serei eternamente grata a ambos por todo amor e carinho dedicados a mim.

Ao meu amado, João Vitor Barbosa Rubim Neves, pela leitura dos ainda enevoados, confusos e brutos parágrafos deste trabalho. Obrigada pelo suporte, ajuda, compreensão e encorajamento durante estes anos de pesquisa e por estar comemorando ao meu lado cada conquista.

A Bianca Nogueira da Silva Souza, minha amiga e antiga professora de História do Ensino Fundamental II, por ter transformado o Ensino de História para mim, me permitindo imaginar, sonhar e sentir historicamente, trazendo outra perspectiva desta disciplina curricular. Bianca e Lucas são exemplos de profissionais e espero um dia ser uma professora tão boa quanto eles.

Por fim expresso minha gratidão a cada amigo e familiar que me ouvindo falar da pesquisa trouxe palavras de carinho, estímulo e incentivo.

RESUMO

A escola tem papel fundamental na construção de sujeitos críticos capazes de valorizar os bens históricos da humanidade. E, dentro do ambiente escolar, o livro didático é uma ferramenta pedagógica quase onipresente. Nesta monografia analisamos a concepção de patrimônio como conteúdo histórico escolar presente em duas coleções de livros didáticos de História dos anos iniciais do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2019: "Buriti Mais História" e "Aprender Juntos", visando investigar as concepções de patrimônio existentes e como as atividades de ensino, as atividades de consolidação e avaliação da aprendizagem propostas nos livros tratam os conteúdos relacionados a temática patrimonial. Também investigamos o diálogo realizado entre a obra didática e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Guia do Programa Nacional do Livro Didático 2019 e o Edital do PNLD 2019 no que diz respeito à abordagem da temática do patrimônio. Trata-se de pesquisa documental, bibliográfica e de caráter qualitativo. Utilizou-se, na coleta de dados, o método análise de conteúdo inspirado em Bardin (1979). O levantamento teórico se fundamenta por meio de autores como Bittencourt (2009), Paim (2010), Cainelli (2010), Gil (2021), dentre outros. A partir desta investigação pode-se perceber que a Base Nacional Comum Curricular é quem dita em que ano, como e com que frequência surge o patrimônio histórico nos livros didáticos, que há poucas páginas com menções/ atividades presentes nas obras didáticas se compararmos ao número total existente, e ainda que embora carreguem abordagens investigativas, valorizam sobretudo o tratamento histórico de patrimônios distantes no tempo e no espaço dos estudantes uma vez trazem pouquíssimas atividades voltadas aos patrimônios locais.

Palavras-Chave: Patrimônio Histórico. Livro didático. Educação Patrimonial. Educação. Ensino de História.

ABSTRACT

The school has a fundamental role in the construction of critical subjects capable of valuing the historical assets of humanity, within the school environment the textbook is the most present pedagogical tool, being therefore an auxiliary material for the fulfillment of this objective, in this way, in the present monograph we analyzed the conception of historic heritage as school historical content present in two collections of history textbooks from the elementary school from the National Textbook Program (PNLD) 2019: *Buriti Mais História e Aprender Juntos*, aiming to investigate the existing conceptions of history heritage, such as activities of teaching, the learning consolidation and evaluation activities proposed in the books deal with content related to the history heritage theme and the dialogue between the didactic work and the National Common Curricular Base (BNCC), the 2019 Guide to the National Textbook Program and the Public notice of the PNLD 2019 regarding the approach to the history heritage theme. This documental, bibliographical research is of a qualitative nature, the content analysis method inspired by Bardin was used from the data collection. The theoretical survey is based on many theorists such as Bittencourt (2009), Paim (2010), Cainelli (2010), among others. Gil (2021). Based on this investigation, it can be seen that the National Common Curricular Base dictates in what year, how and how often historical heritage appears in textbooks, showing us a devaluation of the theme and the importance of guiding documents such as the BNCC and the notice of the PNLD. The theoretical survey is based on many theorists such as Bittencourt (2009), Paim (2010), Cainelli (2010), among others. Gil (2021). From this investigation, it can be seen that the National Common Curricular Base dictates in which year, how, and with what frequency historical heritage appears in textbooks; that there are few pages with mentions or activities related to it when compared to the total number of pages in the didactic works; and that, even though these works adopt the investigative approaches, they primarily value the historical treatment of heritages that are distant in time and space from students, as they include very few activities focused on local heritages.

Key-words: Historic Heritage. Textbook. Education Heritage. Education. Teaching of history.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1-** Coleção Buriti Mais 2º Ano. p. 92. Conceituação de patrimônio apresentada nas orientações didáticas ao professor. 34
- Figura 2-** Buriti Mais História, 1º ano, p. 23. Primeira atividade ligada à educação patrimonial que surge após o estudo dos objetos antigos. 39
- Figura 3-** Buriti Mais História, 2º ano, p. 80-81. Primeira atividade ligada à educação patrimonial que surge após o estudo das relações de memória e história. Fonte: Editora Moderna, 2017 40
- Figura 4-** Buriti Mais História, 2º ano, p. 84. Texto ligado à educação patrimonial definindo a função dos museus. 41
- Figura 5-** Buriti Mais História, 3º ano, p. 62-63. Definindo os tipos de patrimônios e a atividade de classificação de patrimônios. 42
- Figura 6-** Buriti Mais História, 3º ano, p. 69. Atividade presente na seção 'o que você aprendeu' revisando os conteúdos referentes a patrimônio. 42
- Figura 7-** Buriti Mais História, 4º ano, p. 15-16. Atividade referente a preservação de fontes históricas, p.14-14. 43
- Figura 8-** Buriti Mais História, 4º ano, p. 20. Box educação em valores sobre o patrimônio histórico material e os sítios arqueológicos. 44
- Figura 9-** Buriti Mais História, 5º ano, p. 28-29. Atividade presente na seção "como as pessoas faziam" apresentando o Parque Serra da Capivara após os estudos sobre a pré-história. 44
- Figura 10-** Buriti Mais História, 5º ano, p. 132-133. O texto presente trata a respeito do patrimônio cultural (material e imaterial). 45
- Figura 11-** Aprender Juntos, 2º ano, p. 90-91. O texto presente trata a respeito do patrimônio histórico, tombamento e função dos museus. 46
- Figura 12-** Aprender Juntos, 2º ano, p. 90. O texto de apoio ao professor para a realização da atividade da página 90. 47
- Figura 13-** Aprender Juntos, 2º ano, p. 30. O texto de apoio ao professor, onde afirma que o conceito de patrimônio aparece diretamente no capítulo 9 e que esse conteúdo será trabalhado em toda a coleção. 48
- Figura 14-** Aprender Juntos, 2º ano, p.31. O texto de apoio ao professor sobre como trabalhar o patrimônio cultural em sala de aula. 48
- Figura 15-** Aprender Juntos, 3º ano, p. 26-27. Atividade presente na seção "aprender sempre" após serem trabalhados os conteúdos das primeiras vilas e cidades e o surgimento e mineração de Minas Gerais. 49

- Figura 16-** Aprender Juntos, 3º ano, p. 73. Orientação didática ao professor que afirma que responder a atividade 2 permite que o aluno não só reconheça a herança africana na cultura brasileira mas também os patrimônios históricos e culturais do nosso país 50
- Figura 17-** Aprender Juntos, 3º ano, p. 27. Atividade complementar presente na seção “aprender sempre” após serem trabalhados os conteúdos das primeiras vilas e cidades e o surgimento e mineração de Minas Gerais. 51
- Figura 18-** Aprender Juntos, 4º ano, p. 121. Box “registros” que contém uma atividade ligada à educação patrimonial. 52
- Figura 19-** Aprender Juntos, 4º ano, p. 50. Texto de apoio ao professor que surge ao ser abordado o conteúdo da vida nas senzalas. 53
- Figura 20-** Aprender Juntos, 5º ano, p. 8-9. Atividade sobre patrimônio imaterial (mitos). 54
- Figura 21-** Aprender Juntos, 5º ano, p. 26. Texto de orientação didática ao professor dentro do estudo dos primeiros humanos dentro do tópico ‘Os vestígios estudados’ 54
- Figura 22-** Aprender Juntos, 5º ano, p. 38-39. Seção vamos ler imagens. Apresenta atividades sobre as pinturas rupestres. 55
- Figura 23-** Aprender Juntos, 5º ano, p.39. Orientação sobre a realização das atividades onde indica ao professor que na atividade 3 os alunos devem reconhecer as pinturas rupestres como patrimônio material. 55
- Figura 24-** Aprender Juntos, 5º ano, p. 89. Atividade presente na seção aprender sempre após ser trabalhado sobre alguns povos africanos. 56
- Figura 25-** Aprender Juntos, 5º ano, p. 121. Atividade presente na seção aprender sempre dentro da temática dos povos do oriente. 57
- Figura 26-** Aprender Juntos, 5º ano, p. 94-95. Atividade sobre território quilombola contidos no capítulo “A África no Brasil.” 58
- Figura 27-** Aprender Juntos, 5º ano, p. 98-99. Atividade presente na seção aprender sempre dentro do capítulo ‘A África no Brasil’, que aborda sobre a cultura afro-brasileira. 59

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
1.1. ENSINO DE HISTÓRIA NOS ANOS INICIAIS	13
1.2. O LIVRO DIDÁTICO	16
1.3. PATRIMÔNIO E O ENSINO DE HISTÓRIA	18
CAPÍTULO II: METODOLOGIA	24
2.1. TIPO DE PESQUISA E DE ABORDAGEM	24
2.2 FONTES DE PESQUISA	24
2.2.1. O PNLD e seus documentos: o Edital e o Guia do PNLD	24
2.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	28
2.4 CAMINHOS PARA A ANÁLISE DOS DADOS	28
CAPÍTULO III: COLETA DE DADOS E RESULTADOS	30
3. COLETA DE DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS	30
3.1. O PATRIMÔNIO COMO CONTEÚDO HISTÓRICO ESCOLAR SEGUNDO A BNCC	30
3.2. ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO	34
3.2.1 Coleção Buriti Mais: o patrimônio nas orientações docentes do Manual do Professor.	34
3.2.2. Coleção aprender Juntos: o patrimônio nas orientações docentes do Manual do Professor	36
3.3 PATRIMÔNIO NAS ATIVIDADES DIDÁTICAS	38
3.3.1 Buriti Mais: o patrimônio no Livro do Estudante	39
3.3.2 Aprender Juntos: o patrimônio no Livro do Estudante	47
3.3.3 Relação entre a BNCC, o edital PNLD 2019, o guia do PNLD 2019 e as coleções analisadas.	61
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA	65

1. INTRODUÇÃO

02 de setembro de 2018. Um trágico incêndio destruiu a maior parte do acervo do Museu Nacional de História brasileiro. Este dia tornou-se marcante para todos os brasileiros: presenciamos 200 anos de memória histórica transformando-se em cinzas devido ao tradicional descaso existente para com o patrimônio histórico. Foi marcante especialmente para mim, visto que, ao me deparar com a notícia do ocorrido, não pude sentir outra coisa a não ser tristeza por observar parte da minha história, da minha memória, perder-se em chamas.

Foi inevitável refletir sobre a falta de importância que damos ao patrimônio material coletivo. Minhas memórias dos tempos de escola me trazem a percepção de que não somos estimulados a valorizá-los nem a articularmos esses espaços históricos a nossas identidades. Concordamos com Bolcado para quem

A valorização do patrimônio cultural brasileiro depende, necessariamente, de seu conhecimento. E sua preservação, do orgulho que possuímos de nossa própria identidade (BRASIL, 1999, p. 5).

Compreendemos que a escola tem papel fundamental na construção de sujeitos críticos capazes de valorizar os bens históricos de seu bairro, cidade, país e que o livro didático é uma ferramenta pedagógica auxiliar para o cumprimento deste objetivo (BITTENCOURT, 2009). Acreditamos que os livros didáticos de História podem ser instrumentos valiosos para a abordagem da temática do patrimônio e da valorização e preservação patrimonial, sobretudo no contexto atual em que a BNCC registra habilidades que textualmente determinam o tratamento escolar destes conteúdos.

Nesta investigação, o livro didático é para nós a principal fonte de dados desta pesquisa que tem como foco o ensino da temática do patrimônio. Contudo, não podemos esquecer que o livro didático não é isoladamente causador de uma sedimentação de uma memória histórica (BITTENCOURT, 2009). Mesmo que o patrimônio persista como conteúdo nos livros didáticos de História ao longo do tempo, é preciso atenção para perceber que tipo de abordagem sobre a temática patrimonial emerge de cada proposta pedagógica.

Entre a renovação e a tradição, os livros didáticos possuem ambiguidades próprias, como afirmou a pesquisadora Circe Bittencourt:

Na maior parte das vezes, [o livro didático] serve como veículo de reprodução de uma historiografia responsável pela produção dessa mesma memória e que renova interpretações, mas sempre em torno dos mesmos consagrados fatos, que se tornam os nós explicativos de todo processo histórico: o Descobrimento do Brasil, a Independência, a proclamação da República, a Revolução de 1930 (2009, p. 304).

Consideramos importante a análise das concepções da Educação Patrimonial no livro didático para que este não venha a ser mero reprodutor de “nós explicativos”¹, mas que contenha abordagens significativas para o aluno, no sentido de não isolá-lo do contexto histórico em que vive, mas trazendo-o como participante da história local e universal.

Nossa investigação sobre o lugar da educação patrimonial nos livros didáticos se justifica pela necessidade de subsidiar educadores para que possam repensar as maneiras de tratamento deste conteúdo na sala de aula a partir do apoio do livro didático, para que suas práticas pedagógicas sejam mais coerentes e consistentes com a construção de uma formação cidadã.

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a concepção de patrimônio como conteúdo histórico escolar presente nos livros didáticos de História dos anos iniciais do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2019. Como objetivos específicos delimitamos a análise das concepções de patrimônio existentes na obra, a análise sobre como as atividades de ensino, de consolidação e avaliação das aprendizagens propostas nos livros tratam os conteúdos relacionados a temática patrimonial (o recorte dos patrimônios material e imaterial abordados, conceitos de história, memória e patrimônio) e a reflexão sobre o diálogo realizado entre a obra didática e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Guia do Programa Nacional do Livro Didático 2019 e o Edital do PNLD 2019 no que diz respeito à abordagem da temática patrimonial.

O trabalho está organizado em 3 capítulos. No capítulo I apresentamos a fundamentação teórica da pesquisa que aborda o patrimônio como conteúdo histórico escolar nos livros didáticos de História. O capítulo II conta com a descrição da metodologia utilizada em nossa pesquisa e das fontes que utilizamos (duas coleções de livros didáticos de história dos anos iniciais, o Guia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2019 e o edital PNLD 2019, assim como a Base Comum Curricular.

¹ Ilustração utilizada por Circe Bittencourt que significa os eixos que estruturam as narrativas do ensino de História em sala de aula.

Nesta seção, também apresentamos a definição de livro didático com a qual trabalhamos, e ainda os procedimentos de coleta e análise de dados. O capítulo III tratará da coleta e análise de dados.

CAPÍTULO I: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo apresentamos nossa fundamentação teórica abordando sobre o ensino de história nos anos iniciais, livro didático, patrimônio e ensino de História.

1.1. ENSINO DE HISTÓRIA NOS ANOS INICIAIS

Era 2012. Investigando a realidade do Estado de São Paulo, a pesquisadora Kátia Abud (2012) reconheceu o pequeno número de aulas semanais dedicadas à disciplina de História nos anos iniciais do ensino fundamental. Para a autora, a desvalorização desta disciplina acaba tornando mais difícil a compreensão das matérias mais valorizadas uma vez que para compreendê-las é necessário desenvolver algumas habilidades que o ensino de história possibilita.

Pois as excluídas [ciências, história, geografia, artes] significam portas abertas para desenvolver importantes capacidades intelectuais de relatar, raciocinar, compreender, narrar, etc, fundamentais para desenvolvimento da escrita e domínio da língua e do pensamento científico (ABUD, 2012, p. 556).

Das poucas aulas semanais existentes, devemos ainda considerar que parte destas é dedicada à explicação breve dos feriados nacionais, deixando ainda mais escasso o tempo de aula. Um dos desafios do Ensino de História é desfazer o senso comum que compreende a disciplina como responsável por resgatar e reter o passado de todas as sociedades, ser imutável, desenvolvendo pouco as capacidades cognitivas mais complexas por se tratar de decorar fatos, grandes personagens históricos e datas cívicas.

Diante da pouca presença de aulas de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental, haveria em tão pouco tempo condições de os alunos desenvolverem as habilidades que o ensino de história pode promover? Qual seria a melhor forma de se ensinar história? Será que essa desimportância atribuída ao ensino de História não seria produto destas concepções tradicionais que estariam desconectadas às necessidades do mundo contemporâneo?

Acreditamos que o ensino de história deve perpassar pelas sensibilidades, pelas temáticas que tocam os alunos e alunas. Desconstruir esse ensino tradicional que a história tem é o desafio! Devemos pensar na importância de determinados fatos

históricos para a vida do educando, sua vida social e porque faz-se importante que ele saiba determinado conteúdo, trazendo sentido ao ensino, atravessando o que o toca e fazendo-o ressignificar sua existência (SOARES JÚNIOR, 2019). Contudo, trazer sentido à aula não é um processo simples, pois requer combater o ensino tradicional, de memorização, de repetição dos “nós explicativos” como afirma Bittencourt (2009, p.304).

Este modelo de ensino tradicional se mantém desde a instituição da disciplina de História aqui no Brasil no século XIX, onde os conteúdos selecionados e tidos como essenciais estavam voltados à história da civilização europeia no Ocidente. “A história deveria ser reconstituída de forma objetiva sem subjetividades para ser considerada como verdadeira e assim sendo científica.” (CAINELLI, 2010, p. 21)

Nesta mesma época, com as constituições dos estados nacionais, a História ganha seus objetivos mais permanentes: “servir de instrumento para consolidação dos estados nacionais constituindo-se em espaços de propagação dos feitos de seus heróis através das atitudes dos estados representados por seus comandantes” (CAINELLI, 2010, p. 21). Essas características ganham força nos conteúdos escolares após a proclamação da República com a introdução de História do Brasil nos currículos das escolas primárias e secundárias, a partir do currículo definido pela escola D. Pedro II, localizada no Rio de Janeiro e pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB). O ensino, portanto, estaria voltado para a noção de pátria e a nacionalidade dos indivíduos.

No século XX, com a teoria marxista, há uma mudança de abordagem no ensino de História, esta, agora seria voltada à construção cidadã e crítica social, mas ainda não há uma preocupação de pensar os conteúdos escolares no ponto de vista daquilo que vai trazer significância às crianças e adolescentes.

A seleção dos conteúdos é pensada a partir daquilo que significam enquanto domínio do saber disciplinar dos professores e não se vinculam a um critério de seleção baseado, direta ou indiretamente, nos problemas do aluno e da sua vida em sua condição social cultural (BITTENCOURT, 2004 apud CAINELLI, 2010, p. 23).

Isto só ocorreu após a renovação de temáticas e do desenvolvimento de abordagens no ensino e na pesquisa da História de mulheres, crianças, religiosidades e a inclusão de novos objetivos que mudaram significativamente a compreensão do que seriam conteúdos da História (CAINELLI, 2010). Ela agora partiria do próprio

aluno, do eu para o todo, do cotidiano para a sociedade. Compreendemos a necessidade de romper essa prática de ensino de história imutável, verbalista, rotinizada e expositiva e que tem como única fonte possível o livro didático.

Requer romper com uma prática, que apesar do intenso combate dos docentes nas universidades, parece ainda reinar de forma soberana. Requer, como propõe Durval Muniz de Albuquerque Jr (2010), deformar o ensino: fazê-lo diferente, respeitar a alteridade, problematizar os sentimentos, atribuir outros sentidos à escola, exumá-la da repetição, do metodismo, da ausência de tesão, do lugar da obrigação. Solicita, com urgência, uma escola e uma aula de História desejada. (SOARES JÚNIOR, 2019, p. 171).

É além de romper, encontrar um currículo muitas vezes engessado, é problematizar coisas corriqueiras do cotidiano, é fazer os alunos imaginarem, sonharem, sentirem,

[...] ou seja, trazer à tona aquilo que se sente, que se pensa e que tantas vezes fica apenas no interior dos corpos e mentes pela ausência de oportunidade de expor. Revelar a sensibilidade em sala de aula torna-se uma oportunidade de expressão, de autoafirmação, de comunicar o que sentimos ao outro, de deixar à mostra nossas fragilidades e, ao mesmo tempo, nossa fortaleza (SOARES JÚNIOR, 2019, p. 173-174).

Ao imaginar historicamente, ao colocar-se no lugar do outro, o aluno chega metaforicamente ao passado, saindo do estado de ouvinte da “verdade fidedigna” que crê ser a narração do seu professor e pôr-se a problematizar fatos, a ver que a história contada é apenas uma aproximação desta verdade. O professor pode a partir dos documentos escolhidos para serem usados em sala, despertar a imaginação, os sentimentos e trazer à tona a sensibilidade.

É preciso fazer com que os alunos vivam a experiência de se posicionar sobre o mundo, que sirva para construir subjetividades treinadas para ver, sentir, pensar, imaginar, para formar sujeitos comprometidos com a sua comunidade, com os problemas de seu bairro, que aprenda a conviver com a alteridade, com as opiniões divergentes, com sensibilidade. É preciso fazer a História “fazer sentido” (SOARES JÚNIOR, 2019, p. 179).

Há diversas formas simples e interessantes de dar aulas. Não é preciso ter grandes aparatos tecnológicos e uma grande gama de recursos (embora tê-los possa ajudar). O docente pode utilizar-se de jogos, confecção de perguntas e respostas que não foquem apenas na memorização, exercícios de interpretação de dados históricos e tudo mais que sua criatividade permitir. Ele deve ser sensível, criativo e atento às temáticas de maneira a propor uma aula com sentido.

Eis o desafio dos professores, transformar a visão de que a história é pouco necessária à vida, de que ela é apenas memorização de fatos desconexos com o presente, é retirar o estigma que os alunos possuem de uma disciplina chata e sem sentido.

Ao selecionar os conteúdos a serem trabalhados o educador deve ter em mente a perspectiva da formação dos conhecimentos históricos, onde o aluno é capaz de articular os saberes com sua vivência, e desenvolver a habilidade de transitar na história com a capacidade de argumentar com o outro, sendo desta forma a narrativa um importante método de aprendizagem do conhecimento histórico. Devem ensinar de forma que o educando discuta evidências, levante hipóteses, dialogue com outros tempos e espaços históricos e que desta forma sua experiência se expanda com a compreensão de outras experiências (CAINELLI, 2010).

Acreditamos que a abordagem da educação patrimonial e os conteúdos históricos articulados à temática do patrimônio são aliados à renovação da História escolar, sobretudo nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

1.2. O LIVRO DIDÁTICO

Definir o livro didático é uma tarefa difícil uma vez que é resultado de seu tempo, contexto cultural, político e é uma mercadoria ligada ao mundo editorial, seguindo então certos padrões da indústria cultural. E, além disto, torna-se complexa por ser o cruzamento de três gêneros que, cada um em seu próprio meio, participam do processo educacional, sendo estes: a) a literatura religiosa, pois dela originou-se a literatura escolar ocidental, onde podemos observar livros com perguntas e respostas, baseado nos catecismos. b) A literatura didática, técnica ou ainda profissional, que progressivamente adentrou na instituição escolar. c) A literatura de “prazer”, de caráter tanto moral quanto de recreação, onde se manteve inicialmente distante da escola, mas que foram incorporados aos livros didáticos mais atuais (CHOPPIN, 2004, p. 549). Faz-se complexo também por suas múltiplas funções como:

1. Função referencial, onde guarda os conhecimentos, técnicas ou habilidades que um grupo social acredita que seja necessário transmitir às novas gerações.

2. Função instrumental: o livro didático coloca em prática metodologias de aprendizagem, propõe exercícios e atividades, que segundo o contexto, tem em vista facilitar a memorização “favorecer a aquisição de competências disciplinares ou transversais, a apropriação de habilidades, de métodos de análise ou de resolução de problemas, etc” (CHOPPIN, 2004 p.554);
3. Função ideológica e cultural: Sendo a função mais antiga do livro didático. O livro é um vetor essencial da língua, da cultura e dos valores das classes dirigentes. Este assume um papel político importante.

Essa função, que tende a aculturar — e, em certos casos, a doutrinar — as jovens gerações, pode se exercer de maneira explícita, até mesmo sistemática e ostensiva, ou, ainda, de maneira dissimulada, sub-reptícia, implícita, mas não menos eficaz (CHOPPIN, 2004 p. 554).

4. Função documental: o livro didático pode oferecer sem uma leitura dirigida um conjunto de documentos textuais, etc. Cujas observação ou confrontação podem vir a desenvolver o espírito crítico do aluno. Contudo isto só é encontrado (com ressalvas) em ambientes pedagógicos que privilegiam a autonomia e iniciativa do aluno (CHOPPIN, 2004).

Podemos então adotar uma definição provisória onde o livro didático é

Qualquer livro, em qualquer suporte - impresso em papel, gravado em mídia eletrônica etc. produzido explicitamente para ser utilizado na escola, com fins didáticos (LIVRES, 2005 apud MUNAKATA, 2016, p. 121).

Contudo, certamente o livro didático pode estar em outros lugares como: bibliotecas de um colecionador, em gabinetes de avaliadores e /ou pesquisadores de livros, mas sua existência só é justificada pela escola (MUNAKATA, 2016), pois é nela que o livro didático ganha vida, propósito e função.

Conforme afirmou Munakata (2016, p. 123) "o livro didático é a transcrição do que era ensinado, ou que deveria ser ensinado, em cada momento da história da escolarização". Podemos, portanto, observar através dele alguns aspectos da cultura escolar, aqui entendida como:

não apenas a normas e regras, explícitas ou não, símbolos e representações, além dos saberes prescritos, mas também, e sobretudo, a práticas, apropriações, atribuições de novos significados, resistências, o que produz configurações múltiplas e variadas, que ocorrem topicamente na escola (MUNAKATA, 2016 p. 122).

Em primeiro lugar, o livro didático é portador de saberes escolares. Um componente claro da cultura escolar. Um outro aspecto é que ele não é apenas um mero depositário de conteúdos, mas de métodos.

A esse respeito, as cartilhas e os abecedários são exemplares, pois não têm, a rigor, nenhum conteúdo, mas apenas método. Isso não significa que esses livros não apresentem valores ideológicos, religiosos, políticos, morais, cívicos, de gênero, de etnia - o que de resto acontece com todos os livros, didáticos ou não, mas tão somente que as cartilhas e os abecedários não têm propriamente um conteúdo disciplinar. (MUNAKATA, 2016, p. 130).

Outra situação fundamental da cultura escolar que os livros didáticos põem em evidência são os exercícios e atividades. Tornando-se quase indispensável no ensino das disciplinas, pois é por meio delas que o aluno fixará os conteúdos. Desta forma, o êxito nas disciplinas dependem da qualidade dos exercícios propostos.

Os exercícios podem então se classificar em uma escala qualitativa; e a história das disciplinas descobre uma tendência constante que elas apresentam a melhorar a posição de suas baterias de exercícios (CHERVEL, 1990 apud MUNAKATA 2016, p. 132).

Por fim, um dos aspectos mais arraigados da cultura escolar: o ensino simultâneo, é evidenciado a partir da própria adoção do livro didático. Onde o professor através dele ensina a mesma disciplina para vários alunos ao mesmo tempo. (MUNAKATA, 2016).

Desse modo, o livro didático é entendido como um suporte de conhecimentos escolares proposto pelos currículos educacionais, explicando tais conteúdos, sendo assim um suporte pedagógico importante, por conter exercícios, sugestões de trabalhos individual e coletivo, formas de avaliações. Além de ser também um veículo de sistema de valores, cultura determinada da época e sociedade, ideologias. E também que o professor e aluno fazem parte da compreensão do livro didático, uma vez que são público alvo e o professor escolhe a maneira como irá trabalhar o conteúdo com seu suporte (BITTENCOURT, 2009).

1.3. PATRIMÔNIO E O ENSINO DE HISTÓRIA

Por meio de objetos guardados nos locais de memória o indivíduo pode, através da observação direta, manipulação e questionamentos apropriados, conhecer um pouco mais do contexto histórico deste objeto, chegando a um primeiro nível de conhecimento, que deve ser complementado por meio de fontes de investigação como fotografias, livros, documentos, arquivos, dentre outros.

Como segunda etapa do conhecimento utilizar-se do registro do que foi observado e de suas deduções, e por fim, fazer uso da exploração obtendo desta

forma à terceira etapa apropriando-se então intelectualmente e emocionalmente do objeto através da metodologia de ensino através da descoberta do objeto (BRASIL, 1999). Podendo então valorizar este patrimônio, cuidando para que seja preservado uma vez que o conhece e se identifica com ele.

A palavra patrimônio deriva da terminação *mônius* e possuiu vários sentidos ao longo da História, normalmente ligado a morte e a herança, que o *pater* (pai), tinha a responsabilidade ou ofício de deixar a sua prole. Em uma sociedade patriarcal, enquanto a *mater* (mãe) ganhava importância à medida que gerava vida, o pai mostrava toda a sua importância na morte, através dos patrimônios que deixava. Desde a época dos romanos a palavra patrimônio está ligada a herança, no Renascimento ela refere-se a herança cultural deixada pelas civilizações clássicas para a cultura e civilizações ocidentais. Pretendia-se ressuscitar as tradições greco-romanas (ALBUQUERQUE JR., 2019).

Portanto, os renascentistas operam, mesmo que não se deem conta, com o imaginário da morte, com a simbólica da perda. Com clara conotação cristã, o que se busca é a ressurreição daquilo que havia desaparecido, que ficara no passado e que se queria transpor para o presente. (ALBUQUERQUE JR., 2019, p.151).

As gerações seguintes deveriam guardar e reproduzir este legado cultural deixado por eles. Criam que podiam religar o passado com o presente por meio desta transmissão. Ocorrendo assim uma sacralização do passado, que deu origem aos museus (ALBUQUERQUE JR., 2019).

Durante a época da Revolução Francesa houve uma ressignificação no entendimento de patrimônio. Surgindo o conceito de patrimônio nacional, do povo. Os objetos passam a ser propriedades do Estado para impedir roubos e saques à aristocracia e ao clero. Assim sendo, o Estado agora se torna responsável por cuidar dos patrimônios sociais. O patrimônio agora não remete apenas a morte, perda, mas a continuidade, permanência e imortalidade da nação. Algo que é transmitido do passado, desta forma o patrimônio está intimamente ligado à memória (ALBUQUERQUE JR., 2019).

As sociedades são fundamentadas na seleção da memória do grupo, escolhendo o que deve ou não ser lembrado, contado, guardado nos locais de memória e, portanto, o que deve ser passado às gerações futuras (PAIM, 2010). Desse modo, a “alfabetização cultural que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sócio-cultural” (IPHAN, 1999, p. 2).

O patrimônio, portanto, está ligado à memória de determinado grupo e que para que haja memória é preciso o sentimento de continuidade, pertencimento identitário, não havendo desta forma ruptura entre passado e presente uma vez que a memória conserva apenas o que ainda está vivo na consciência do grupo.

O que interessa quando falamos das questões referentes à memória é, indubitavelmente, “o sentido do acontecimento”, quer dizer, interpretar o passado, colocando-o em diálogo permanente com o presente (GIL, 2021, p. 2).

A partir do século XX, após o declínio da sociedade patriarcal, as rápidas modificações advindas da modernidade, as duas grandes guerras mundiais, há uma busca por mais lugares de memória, lugares de permanência, bem como a problematização dos mesmos (ALBUQUERQUE JR., 2019).

No Brasil, a primeira denominação de órgão federal responsável por cuidar do patrimônio histórico foi o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). A partir de uma determinação presidencial no governo de Getúlio Vargas para o então ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema (REZENDE; et al., 2015, p. 1). Começou a funcionar em 1936, porém o órgão só foi promulgado no ano seguinte, em 13 de janeiro de 1937, pela Lei nº. 378. E foi integrado ao Ministério da Educação e Saúde na categoria de Instituições de Educação Extraescolar dos Serviços relativos à Educação. O SPHAN tinha como objetivo

A finalidade de promover, em todo o País e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional (BRASIL, 1937, art. 46).

Sua criação adveio de uma série de iniciativas institucionais regionais e alertas de intelectuais, parte deles ligados a Semana da Arte moderna de 1922 (IPHAN, 2014). Em 1996 o Sphan passa a se denominar Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e em 1970 transforma-se no que hoje conhecemos como Instituto do Patrimônio Artístico Cultural.

Atualmente, após tantas mudanças de conceitos, expansões e problematizações, a Constituição Federal Brasileira diz que:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL; 1988, Art. 216).

Com a expansão do conceito de patrimônio há uma busca para incluir todos os grupos sociais. Elisa Paim o diz que:

O Patrimônio pode ser entendido como patrimônio histórico, o qual é pensado como um bem coletivo, ou seja, de um determinado grupo social com a pretensão de expressar uma dada visão ou memória desse grupo para construir ou reforçar uma memória identitária comum. (2010, p. 91).

Há uma busca de incluir os grupos minoritários nos registros e locais de memória por entender-se que fazem parte da sociedade e sua cultura e memória devem ser preservadas também pois entendemos que:

Sabemos que o patrimônio não nasce de forma espontânea. Tudo o que é classificado como patrimônio têm um nascimento, é produto de um ato de gestação, de invenção, ato sempre acompanhado de interesses (ALBUQUERQUE JR., 2019, p. 159).

Ao ensinarmos sobre educação patrimonial nas aulas de história é importante ter em mente todo esse processo de definição do que é patrimônio e o que não é definido como patrimônio. Devemos levar nossos alunos à reflexão crítica de todo esse regime e discutir sobre os interesses ligados à escolha de tal memória como patrimônio. Mas o que podemos definir como educação patrimonial?

A expressão educação patrimonial vem sendo cada vez mais frequente nos espaços de memória (como museus) e dos responsáveis pela preservação e valorização do patrimônio cultural. Sendo discutida como foco principal em 1983 após o 1º Seminário no Museu Imperial de Petrópolis-RJ, inspirando-se no trabalho pedagógico da Inglaterra denominado *Heritage Education* (IPHAN, 1999).

Como resultante dessas discussões e através do incentivo do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), lançou-se em 1999 o *Guia Básico de Educação Patrimonial*, que tornou-se um documento fundamental ao discutirmos esta temática, uma vez que ele reúne um conjunto de ações desenvolvidas pelo IPHAN na área da educação patrimonial no período de 15 anos (IPHAN, 1999).

Segundo o documento, a educação patrimonial trata-se de um processo permanente e sistemático, centralizado no patrimônio cultural sendo este a fonte primária do conhecimento tanto individual quanto coletivo. A partir de experiências e contato direto com tais patrimônios culturais, em múltiplas perspectivas, o trabalho com educação patrimonial busca trazer aos indivíduos o sentimento de pertencimento e

valorização, para que assim se apropriem de seus bens culturais, usufruam e produzam novos conhecimentos em uma criação cultural. A Educação patrimonial portanto está ligada ao patrimônio. Para Carmem Gil (2021, p. 2)

Na escola, o patrimônio é colocado à distância das pretensões das políticas de preservação para tornar-se matéria de estudo; na aula de História ele se oferece muito mais por seu valor de símbolo cultural do que seu valor identitário.

A educação patrimonial é um meio de alfabetização cultural que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o cerca e leva-o a compreender o meio sociocultural e histórico-temporal em que está inserido. Ela nos permite:

Debater e visibilizar as camadas de história nos patrimônios; identificar caminhos narrativos nas materialidades, nos saberes, fazeres, nas manifestações culturais, nos lugares e nas celebrações, unindo assim passado e presente a partir do patrimônio. (GIL, 2021, p.3).

A educação patrimonial atua no desenvolvimento da autoestima do sujeito, bem como o da sua comunidade e promove a valorização cultural entendida como múltipla e plural. O diálogo permanente que está implícito nesta educação oportuniza e facilita a comunicação entre as comunidades e os órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio, possibilitando uma troca de conhecimentos, parcerias e valorização dos bens.

Desta forma, ao ensinarmos a respeito do patrimônio, devemos selecionar o objeto de memória e analisá-lo a partir de questões e reflexões. O professor deve definir e delimitar os objetivos e metas de acordo com o que ele quer alcançar com a atividade. Após isto, levantar atividades e meios que levem o aluno a perceber o objeto sensorialmente por meio de perguntas, manipulação e experimentações. Em seguida deve haver o registro escrito, desenhado, oral, dentre outros. E então, o levantamento de hipóteses e enfim chegar a apropriação do objeto. (IPHAN, 1999). A educação patrimonial no ensino de história deve visibilizar memórias subalternizadas de forma que as narrativas construídas sejam mais plurais e debater as camadas de história nos patrimônios, identificar direções narrativas, de saberes e fazeres nas manifestações culturais e nas celebrações (GIL, 2021).

Trata-se, portanto, de ensinar e aprender História no encontro sociocultural onde cultura e educação são mobilizados para construir aulas de História correlacionando pautas históricas, sociais e identitárias (GIL, 2021, p. 3).

Conclui-se que a história escolar deve problematizar as diversas camadas de tempo presentes nos patrimônios “desnaturalizando narrativas hegemônicas e dando o devido acento aos sujeitos históricos invisibilizados” (GIL, 2021, p. 6). Também deve reconhecer as referências culturais das pessoas envolvidas no processo de ensino-aprendizagem atribuindo valor aos conhecimentos e fazeres dos sujeitos escolares, construir relações socioafetivas com o passado histórico acarretando sentido e cultivando sensibilidades no cruzamento entre educação e cultura, saindo da sala de aula e dialogando com a cidade. Valorizando desta maneira o ensino de História como pesquisa, uma visão atualizada e necessária.

CAPÍTULO II: METODOLOGIA

Neste capítulo iremos detalhar a metodologia empregada nesta investigação, especificando o tipo de pesquisa empregada bem como as fontes utilizadas.

2.1. TIPO DE PESQUISA E DE ABORDAGEM

Esta pesquisa é do tipo documental uma vez que tem como “principal característica ter como fonte de coleta de dados documentos, escritos ou não, constituindo-se o que se denomina de fontes primárias” (MARCONI; LAKATOS, 1985). Esta investigação também possui um caráter bibliográfico pois visa o diálogo com a produção científica que tornou-se pública com relação ao tema estudado (MARCONI; LAKATOS, 1985), constituindo a fonte secundária da pesquisa. Uma vez que buscamos analisar conceitos e conteúdos, não de maneira a quantificá-los, mas de forma a compreender as suas ideias, a pesquisa é de abordagem qualitativa.

2.2 FONTES DE PESQUISA

A nossa principal fonte de pesquisa é o livro didático de história distribuído pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) utilizados nos anos iniciais do Ensino Fundamental, mais especificamente, se limitará a 2 coleções do PNLD 2019, são estas: Aprender juntos e Buriti Mais. Por serem as mais utilizadas em nosso país segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação neste ano. Ainda utilizaremos o Guia do Programa Nacional do Livro Didático, o Edital do PNLD 2019 e a Base Nacional Comum Curricular.

2.2.1. O PNLD e seus documentos: o Edital e o Guia do PNLD

O PNLD tem como função

promover a distribuição dos livros didáticos para os alunos da rede pública de ensino no Brasil, e, para além desta necessidade, incitar o desenvolvimento das práticas e métodos de ensino. [...] contudo, somente no ano de 1996 passou-se a pensar um processo de avaliação que garantisse uma qualidade

mínima a esses materiais didáticos, ampliando assim o seu raio de ação para: avaliação, compra e distribuição dos mesmos (BRASIL, 2019).

Considerando-se tais funções e seus variados processos avaliativos, a pesquisa não se limita a estudar apenas o livro didático, mas também outros documentos do PNLD como o guia do livro didático e o edital para compreender da melhor forma todos os processos que geram um livro didático no contexto atual.

O Programa Nacional do Livro Didático é um programa voltado à distribuição de obras didáticas para os estudantes da rede pública do território brasileiro. Iniciou-se em 1937, com a transformação do Instituto Cairú no Instituto Nacional do Livro, que tinha como objetivo

- a) organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário da Língua Nacional, revendo-lhes as sucessivas edições;
- b) editar toda sorte de obras raras ou preciosas, que sejam de grande interesse para a cultura nacional;
- c) promover as medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país bem como para facilitar a importação de livros estrangeiros
- d) incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional (BRASIL, 2021).

Em 1938 institui-se a primeira política de legislação de controle de produção e circulação do livro didático. 28 anos depois, um acordo com o Ministério da Educação (MEC) e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) garantiu ao MEC recursos suficientes para que 51 milhões de livros didáticos fossem distribuídos em 3 anos. Apenas em 1971 o Instituto Nacional do Livro (PNL) passa a desenvolver o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (Plidef).

Em 1976, o Instituto Nacional do Livro é extinto, e a execução do programa do livro didático passa a ser responsabilidade da Fundação Nacional do Material Escolar (Fename). "Os recursos provêm do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e das contrapartidas mínimas estabelecidas para participação das Unidades da Federação" (BRASIL, 2021). Contudo, com a carência de recursos para atender todos os alunos do ensino fundamental da rede pública, grande parte das escolas municipais foram excluídas do programa.

Até o momento, os professores não participavam da escolha da obra didática, situação que mudará apenas em 1985, onde o Programa do Livro Didático para o

Ensino Fundamental (Plidef) dá lugar ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o que acarretou em diversas mudanças, como:

- Indicação do livro didático pelos professores;
- Reutilização do livro, implicando a abolição do livro descartável e o aperfeiçoamento das especificações técnicas para sua produção, visando maior durabilidade e possibilitando a implantação de bancos de livros didáticos;
- Extensão da oferta aos alunos de 1ª e 2ª série das escolas públicas e comunitárias;
- Fim da participação financeira dos estados, passando o controle do processo decisório para a FAE e garantindo o critério de escolha do livro pelos professores (BRASIL, 2021).

Novamente, por falta de recursos orçamentários a distribuição dos livros é comprometida e limitada até a 4ª série do Ensino Fundamental. Em 1993 através da resolução CD FNDE nº 6 vinculou-se recursos para a obtenção dos livros didáticos para o ensino fundamental da rede pública, "estabelecendo-se, assim, um fluxo regular de verbas para a aquisição e distribuição do livro didático" (BRASIL, 2021).

No período de 1993 a 1994 estabeleceu-se critérios para a avaliação dessas obras didáticas, 1996 há também o início de uma avaliação pedagógica, desta forma é publicado o primeiro "Guia de Livros Didáticos" de 1ª a 4ª série. Procedimento que permanece até os dias atuais. "Os livros que apresentam erros conceituais, indução a erros, desatualização, preconceito ou discriminação de qualquer tipo são excluídos do Guia do Livro Didático" (BRASIL, 2021).

De forma gradativa a distribuição dos livros didáticos vai sendo universalizada. Em 1997 as disciplinas de História e Geografia são contempladas com a ampliação do programa que passa a atender alunos da 1ª a 8ª série do Ensino Fundamental com as demais disciplinas escolares para além de português e matemática. Neste mesmo ano a FAE é extinta e a responsabilidade pela política de execução do PNLD é transferida inteiramente para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Três anos depois, os alunos, pela primeira vez na história do PNLD, recebem o livro didático no ano anterior ao ano letivo de sua utilização. E em 2001, há uma preocupação com o livro didático e a inclusão: passa-se a atender de forma gradativa os alunos com deficiência visual e surdos, oferecendo-se livros em Braille e em LIBRAS, com caracteres ampliados.

Ao longo dos anos, o PNLD foi sendo ampliado, atendendo todas as modalidades do ensino fundamental, com livros consumíveis e reutilizáveis de todas as disciplinas escolares.

Para o processo de análise e escolha das obras didáticas, o PNLD disponibiliza o Edital de convocação, para que as editoras interessadas submetam suas obras ao processo de avaliação e aprovação. No edital 2019 há uma mudança, pois, a Base Nacional Comum Curricular entrou em vigor, levando a uma atualização para que os livros se adequassem ao novo documento vigente. Ele proíbe a troca da obra didática adquirida no edital 2017 por outra, cabendo ao editor apenas as adequações necessárias para que a obra seja conforme às exigências da BNCC homologada em 2018.

O edital PNLD 2019 fixa uma enorme quantidade de critérios norteadores para a produção do livro didático escolar. Há critérios objetivos tais como o limite de páginas no caso de livro impresso e de memória no caso do livro digital, o respeito à acessibilidade, prazos e os processos de validação da inscrição, as condições de participação, os informes sobre a avaliação pedagógica, os atributos físicos. Também informa sobre o processo de escolhas das obras, bem como o contrato, a produção, o controle de qualidade e distribuição e outros critérios que devem ser cumpridos pela editora. O descumprimento gerará a eliminação da obra. Há também critérios que implicam em julgamento subjetivo sob a responsabilidade de equipes de avaliadores a *doc*. Destacamos, como exemplos, as seguintes exigências:

Contribuir para o desenvolvimento da autonomia de pensamento, o raciocínio crítico e a capacidade de argumentar do aluno (EDITAL, 2019 p. 41).

Propor atividades, de campo e de visitas a museus, centros de ciências, parques zoo-botânicos, universidades, laboratórios e a outros espaços que favoreçam o processo educacional (EDITAL, 2019 p. 41).

As obras devem prezar por atividades que levem o aluno a desenvolver a capacidade de dialogar, criticar, argumentar. No que diz respeito à temática do patrimônio, o livro deve então seguir a mesma lógica, deve ser capaz dar espaço ao levantamento de hipóteses, despertar reflexões, promover atividades onde haja um diálogo entre diferentes tempos históricos e a avaliação das respostas.

Para facilitar a escolha das obras didáticas que serão utilizadas pelos professores, o PNLD disponibiliza um guia digital sobre cada livro aprovado. Nele, o

professor encontrará uma sintetização do processo constituído por múltiplas dimensões e diferentes sujeitos, bem como o acesso à coleção completa em formato digital. O guia apresentará uma visão geral da obra didática que mostra como ela aborda as temáticas, suas ênfases, linha de pensamento. Há também uma apresentação a respeito do manual do professor (impresso e digital), onde ele explana as propostas contidas e sua organização.

Encontramos ainda uma descrição do livro didático do aluno onde há uma explicação sobre a organização da obra (quantos livros há na coleção, se são consumíveis ou reutilizáveis, a distribuição dos capítulos, quantidade de páginas em cada volume, etc). No que se refere a análise, o guia apresenta a abordagem do componente curricular História na obra, bem como suas contribuições para a construção cidadã do aluno, mas também as ressalvas a respeito da obra. Por fim, o guia ainda disponibiliza uma seção intitulada "sala de aula", onde destaca possibilidades de uso da obra em sala de aula, os pontos altos no que se refere às atividades presentes, e as possíveis limitações.

O guia digital do PNLD 2019 dos livros de História disponibilizou 15 obras para serem escolhidas pelos professores das escolas públicas do país. Na seção "Por que ler o guia?", destaca-se as especificidades desta edição do programa onde a principal delas foi

a incorporação e o tratamento dado pelas obras didáticas às competências, objetos de conhecimento e habilidades, preconizados na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – terceira versão – através dos quais se pretende materializar e garantir a formação integral para a cidadania (PNLD, 2019).

Outras mudanças desta edição foram a oferta de todas as obras do 1° ao 5° como obras consumíveis (algo inédito), além de mudanças na diagramação do manual do professor que incluiu orientações didáticas específicas de atividades para as variadas temáticas, e a disponibilização do manual de maneira digital, contendo um conjunto de sugestões de estratégias e recursos didáticos, complementar ao Manual do Professor (PNLD, 2019).

2.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Temos como método de coleta de dados a análise de conteúdo inspirada em Bardin, que corresponde a um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam ao discurso (BARDIN, 1979), e “consiste em demonstrar a estrutura e os elementos

desse conteúdo para esclarecer suas diferentes características extrair sua significação” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 214), é uma técnica voltada não para o estudo da palavra em si, mas que busca extrair as ideias existentes das produções (MARCONI; LAKATOS, 1985) adequando-se melhor as nossas fontes de pesquisa e ao nosso objetivo de analisar concepções de educação patrimonial presente nas obras didáticas. Tal método, portanto, permite observar tanto o que está evidente na escrita quanto o que está subentendido no texto didático.

2.4 CAMINHOS PARA A ANÁLISE DOS DADOS

Ao analisar com aporte dos documentos oficiais e teóricos já citados o livro didático, buscamos compreender as concepções de história, memória, patrimônio, que este traz, bem como as atividades propostas pelo livro, averiguando qual o diálogo que existe entre o livro didático, o Guia do PNLD 2019 e o Edital do PNLD 2019 para entendermos melhor se cumprem as exigências propostas por estes, traçando um diálogo também com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) analisando de que forma esta contribuiu ou não na construção da temática da educação patrimonial no livro didático.

CAPÍTULO III: COLETA DE DADOS E RESULTADOS

Trataremos aqui sobre da coleta e análise de dados apresentando o patrimônio como conteúdo histórico escolar segundo a Base Nacional Comum Curricular, a análise do livro didático e o diálogo que o mesmo apresenta com o edital e guia do PNLD 2019, bem como com a própria BNCC.

3. COLETA DE DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1. O PATRIMÔNIO COMO CONTEÚDO HISTÓRICO ESCOLAR SEGUNDO A BNCC

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo vigente desde sua homologação em dezembro de 2017, que define um conjunto de aprendizagens indispensáveis para o desenvolvimento dos alunos ao longo das etapas e modalidades da educação básica em nosso país. Este documento deve orientar a formulação dos currículos e dos sistemas das redes escolares do país, indicando as competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade. Como também

tem a pretensão de direcionar todas as demais políticas relacionadas à educação, como a formação de docentes, a produção de materiais didáticos (tanto para a formação docente, quanto para a educação básica) e as avaliações, em todos os níveis de ensino, de acordo com as métricas do mercado (SILVA, A.;SILVA, L., 2021, p. 361).

Sua estrutura contém textos introdutórios, competências gerais que se espera que o aluno desenvolva ao longo de todas as etapas da educação básica, como também as competências específicas para cada área dos componentes curriculares, além disso tem os direitos de aprendizagem ou habilidades relativas a diversos objetos de conhecimento (BRASIL, 2017).

No componente curricular das Ciências Humanas (História e Geografia), a noção de tempo e espaço são tidas como fundamentais para o entendimento dessas

disciplinas, bem como o raciocínio espaço-temporal, ou seja, a noção de que o ser humano produz o espaço em que vive, e apropria-se dele em determinada circunstância histórica.

A capacidade de identificação dessa circunstância impõe-se como condição para que o ser humano compreenda, interprete e avalie os significados das ações realizadas no passado ou no presente, o que o torna responsável tanto pelo saber produzido quanto pelo controle dos fenômenos naturais e históricos dos quais é agente (BRASIL, 2017 p. 353).

O ensino da História e Geografia também devem valorizar “a crítica sistemática à ação humana, às relações sociais e de poder e, especialmente, à produção de conhecimentos e saberes, frutos de diferentes circunstâncias históricas e espaços geográficos” (BRASIL, 2017, p.353). Cabe ainda a esses componentes desenvolver a formação de alunos autônomos intelectualmente, de forma que estes sejam capazes de articular categorias de pensamento histórico e geográfico com o tempo em que vivem, percebendo as experiências humanas e refletindo sobre elas, com base nos múltiplos pontos de vista (BRASIL, 2017, p.354).

Em suma, a área de Ciências Humanas deve promover nos educandos a capacidade de interpretar o mundo, de compreender processos e fenômenos sociais, políticos e culturais e de atuar de forma ética, responsável e autônoma diante de fenômenos sociais e naturais. Não apenas reproduzindo e memorizando conhecimentos históricos, “mas nos questionamentos com vistas a uma posição ética dos indivíduos em relação ao passado e ao presente” (BRASIL, 2017, p.356).

No que se refere ao ensino de história, a BNCC tem por concepção que o aluno deve desenvolver importantes capacidades intelectuais como: relatar, raciocinar, compreender, narrar a partir da comparação, contextualização, exercícios de interpretação, análise, usando as diversas linguagens por meio das quais o ser humano se apropria do mundo. Atividades estas onde o aluno e o professor são os próprios sujeitos deste processo de ensino e aprendizagem, “eles próprios devem assumir uma atitude historiadora diante dos conteúdos propostos no âmbito do Ensino Fundamental” (BRASIL, 2017, p. 401).

As competências e habilidades iniciam com a construção da noção de sujeito, e é a partir dele que se iniciará o processo de produção do conhecimento histórico e desenvolvimento das habilidades com a temática ‘meu lugar no mundo’, concluindo o

ciclo dos anos iniciais do ensino fundamental com a temática 'Povos e culturas: meu lugar no mundo e meu grupo social'.

Ao analisar as competências e habilidades no que se refere ao patrimônio histórico notamos que ele não está presente diretamente no 1º ano do ensino fundamental, os conteúdos neste ano escolar estão voltados a noção de presente, passado e futuro, as diferentes formas de organização familiar e a comunidade escolar em que a criança está inserida. Embora o docente possa utilizar-se de tais conteúdos para abordar a temática patrimonial, o documento não o trará como exigência para este ano escolar.

No 2º ano do ensino fundamental é introduzido no eixo "A comunidade e seus registros" a noção de pertencimento e memória, bem como fontes de memória a partir de documentos pessoais. Após isto, a criança começa então a ver as diferentes formas de narrar e registrar histórias trabalhando com noções de marcos de memória (materiais e imateriais), os diferentes tipos de fontes e a discutir sobre as razões pelas quais alguns objetos de memória são preservados e outros não.

No 3º ano há um retorno à temática das fontes históricas, e o aluno deverá "por meio da consulta de fontes de diferentes naturezas, e registrar acontecimentos ocorridos ao longo do tempo na cidade ou região em que vive." (BRASIL, 2017, p.411). É neste ano também que veremos o patrimônio sendo abordado de forma direta nos objetos de conhecimento no tópico "Os patrimônios históricos e culturais da cidade e/ou do município em que vive" onde nas habilidades estará presente que o discente deve "Identificar os patrimônios históricos e culturais de sua cidade ou região e discutir as razões culturais, sociais e políticas para que assim sejam considerados." (BRASIL, 2017, p.411). Deve também identificar os marcos históricos de sua cidade compreendendo seus significados e os registros de memória (ruas, monumentos, edifícios, etc) discutindo os critérios que explicam a escolha dos nomes dos mesmos.

Já no 4º ano há apenas o trabalho a respeito das noções de permanência e as lentas transformações sociais e culturais onde o estudante deve "Identificar as transformações ocorridas na cidade ao longo do tempo e discutir suas interferências nos modos de vida de seus habitantes, tomando como ponto de partida o presente." (BRASIL, 2017, p. 413).

Por fim, no 5º ano, na unidade temática 'Registros da história: linguagens e culturas', há um retorno ao tema dos marcos de memória e o aluno deverá nesta etapa

desenvolver a habilidade de “Identificar os processos de produção, hierarquização e difusão dos marcos de memória e discutir a presença e/ou a ausência de diferentes grupos que compõem a sociedade na nomeação desses marcos de memória.” (BRASIL, 2017, p. 415). Novamente nos objetos do conhecimento encontra-se uma citação direta ao patrimônio. O educando deverá aprender sobre a diferenciação entre patrimônio material e imaterial da humanidade, inventariando-os e analisando as mudanças e permanências desses patrimônios ao longo do tempo.

A BNCC prescreve competências e habilidades para o componente curricular história que sugerem como pontos de partida o próprio estudante que aos poucos vai construindo a noção de si e ampliando para o conhecimento do outro. Em relação ao patrimônio, há uma construção gradual de noções importantes para o entendimento do conceito do mesmo como noção de memória, de pertencimento, marcos de memória materiais e imateriais e seu processo de seleção, para enfim no 3º ano trabalhar diretamente com o conceito de patrimônio, o que não prossegue para o 4º ano, nele há uma pequena ruptura nesta temática e aborda-se mais sobre os marcos históricos de maneira que se trabalhará a respeito do nomadismo, agricultura, escrita, navegações, indústria, entre outras. No 5º ano há um retorno da temática marcos de memória onde será discutido sobre os processos de produção, hierarquização e difusão dos mesmos, da mesma forma há um retorno direto do tema patrimônio e sua diferenciação em patrimônio imaterial e material da humanidade fechando o ciclo dos anos iniciais do ensino fundamental onde partiu no 1º ano do conceito de sujeito, da construção do eu, passou para a noção do eu e do outro e ampliou para a relação eu, o outro e nós.

Da mesma forma, observamos uma articulação com a educação patrimonial à medida em que o patrimônio torna-se objeto de estudo, distanciando-se das políticas de prevenção, trazendo-o como documento, sendo debatido e analisado muito mais por seu valor cultural do que por seu valor identitário.

Em outros termos, a memória como uma lupa, que permite ao professor/a de história abordá-la como documento, e não como resíduo ou ficção da qual se deve desconfiar (RICOEUR, 2007 apud GIL, 2021).

Ao ir construindo gradativamente as noções e conceitos referentes ao patrimônio há a possibilidade de o aluno associar o currículo às diferentes leituras das cidades, bem como debater as camadas de História presentes nos patrimônios e tornar visível memórias minoritárias de forma a construir narrativas históricas mais plurais (GIL, 2021).

Mais do que simplesmente conhecer para preservar, os conteúdos dispostos na BNCC - o patrimônio, juntamente com todos as temáticas paralelas para compreendê-lo - são trazidos como uma possibilidade para repensar sobre a historicização dos lugares de memória e elementos das culturas material e imaterial assimilando seus contextos de produção, sujeitos envolvidos, intenções e relações de poder.

3.2. ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO

Com o objetivo de analisarmos as concepções de patrimônio, atividades de ensino, de avaliação da aprendizagem e conteúdos relacionados a temática patrimonial nos livros didáticos de história do ensino fundamental, observamos duas coleções que vão do 1º ao 5º ano: Buriti Mais História, da editora Moderna e Aprender Juntos, da Edições SM, ambos do ano de 2019 apresentadas abaixo. Nesta oportunidade, refletimos a partir da leitura das orientações pedagógicas destinadas aos docentes nos manuais dos professores.

Capas da coleção Buriti Mais História do 1º ao 5º Ano, Editora: Moderna- PNLD 2019



Capas da coleção Aprender Juntos História do 1º ao 5º Ano, Editora: SM- PNLD 2019



3.2.1 Coleção Buriti Mais: o patrimônio nas orientações docentes do Manual do Professor.

Nas orientações gerais observamos que a concepção do ensino de história desta coleção compreende a História como atividade de pesquisa, reconhece que existem discursos variados sobre o passado, mas define a especificidade da produção da História mediante investigação de fontes históricas e favorece a abordagem do patrimônio como objeto de pesquisa escolar e não como conceito a ser meramente exposto pelo professor e memorizado pelos(as) alunos(as). No que se refere à concepção de ensino e aprendizagem de conteúdos históricos, aprender história é aprender a pensar mediante procedimentos do método de pesquisa histórico: saber utilizar fontes, compreender a ressignificação das informações e comunicar através da produção de narrativas, beneficiando a abordagem do patrimônio como objeto de pesquisa escolar. Quanto aos objetivos do ensino de História a coleção recorre aos PCN e explicita, dentre outras, a seguinte função: "Valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a diversidade, reconhecendo-a como direito dos povos e indivíduos e como um elemento de fortalecimento da democracia" sendo os elementos do patrimônio cultural um meio dos alunos desenvolverem o pensamento histórico por meio de procedimentos e atitudes de observação desenvolvendo-se cognitivamente.

O patrimônio surge inicialmente em uma orientação didática ao professor, explicando-o que quando uma edificação antiga é muito importante para a história local, ela pode vir a ser considerada patrimônio histórico e receber incentivos para que sua preservação seja garantida. A conceituação de patrimônio só surge depois, quando, nas orientações, a obra aborda que o patrimônio é mais do que as construções antigas, mas também as festas, canções, celebrações e manifestações culturais que representam um povo e precisam ser valorizadas. Nesta oportunidade, o patrimônio é abordado como fonte histórica material e imaterial. No entanto, nestas primeiras orientações não se explicita a diferença entre patrimônios materiais e imateriais.

Figura 1- Coleção Buriti Mais 2º Ano. p. 92. Conceituação de patrimônio apresentada nas orientações didáticas ao professor.

Patrimônio imaterial

Quando se fala em patrimônio histórico, geralmente a primeira ideia que vem à mente é de construções antigas, que devem ser preservadas. Mas o patrimônio é muito mais do que isso. Festas, canções, lendas, celebrações, entre outras, também são manifestações culturais que devem ser valorizadas. Nesse sentido, chame a atenção dos alunos para esses patrimônios como exemplos de fontes imateriais da história de um povo.

Fonte: Editora Moderna, 2017

Esta coleção também vai abordar a relação entre memória e patrimônio bem como a importância dos museus como local de guarda, preservação e estudos das memórias coletivas e fontes históricas. Em suas orientações pedagógicas aos professores, a obra traz os museus como locais que propiciam a "mais alta ideia do homem" sem que se defina o que isso significa. O museu é também abordado como local de elo entre memória e esquecimento e que trabalham com memória e patrimônios. Eles seriam expressões de uma necessidade fundamental dos seres humanos citando Mário Chagas e Claudia Storino na obra que dizem que "Os museus são bons para pensar, sentir e agir", entretanto o livro didático não define que necessidade é esta ou o que isto significa.

Ao longo da coleção, as definições de patrimônio material e imaterial vão surgindo tanto nas orientações ao professor quanto nos textos e atividades didáticas, patrimônio este que é fruto da produção cultural do ser humano e é trabalhado de maneira a refletir sobre sua importância e também a necessidade de preservação, buscando aproximar a temática do cotidiano do aluno.

Os processos de tombamento também são apresentados, com um adendo quanto aos patrimônios culturais que não são tombados e sim registrados pelo IPHAN, bem como uma reflexão sobre os processos de seleção do que é classificado como patrimônio, que é feita a partir do que as pessoas julgam ser mais importantes e representativo da sua identidade, história e cultura. Por fim, para a coleção, a educação patrimonial deve envolver a análise dos processos de reutilização e absorção e reconstrução de significados, logo, sendo necessário mais do que aprender sobre patrimônio, é necessário aprender sobre os instrumentos de sua consolidação. Desta forma ao se ensinar dentro desta temática é necessário promover a capacidade de

reconstruir modelos explicativos do universo cultural através de lógicas diferenciadas. Esta é a capacidade que nos coloca como sujeitos ativos da história.

3.2.2. Coleção aprender Juntos: o patrimônio nas orientações docentes do Manual do Professor

Esta coleção compreende a História como formadora de identidades, cidadania e formação ética. Reconhece que existem vários discursos sobre o passado e que é preciso valorizá-los, a história deve orientar-se por uma perspectiva humanista de respeito à pluralidade cultural, social e política, sendo assim deve portanto valorizar as participações das culturas indígenas, africanas, afro-brasileiras e femininas nos processos históricos. Para ela, o ensino de História deve estabelecer vínculos entre as experiências mais locais e individuais e o patrimônio cultural da humanidade para que deste modo o aluno possa perceber em si sua própria historicidade e afirme sua identidade em relação ao coletivo, entendendo assim o passado e futuro não apenas como herança ou consequência dos tempos que os antecedem mas também como possibilidade do novo, promovendo sempre uma postura ativa na construção e apropriação do conhecimento ao estudante, e portanto, para a obra uma verdadeira atitude historiadora.

As orientações gerais ainda contém o tópico 'História e as culturas afro-brasileiras e indígenas nesta coleção' que traz como estas culturas são apresentadas nestas obras. Nele, após explicar como por muito tempo o ensino de História foi visto apenas pelo ponto de vista das elites (mas após discussões acadêmicas essa perspectiva foi se transformando) e sobre como os afro-brasileiros e indígenas são importantes para a história da nossa nação, o texto diz que os patrimônios materiais e imateriais desses povos são tratados nesta coleção em sua riqueza, na forma de alimentos, festas, artefatos, tradições dentre outros, recorrendo para isto, a historiografia acadêmica mais recente, incluindo as contribuições de disciplinas como antropologia, sociologia, arqueologia bem como campos interdisciplinares que se dedicam ao patrimônio, aos museus, à memória social que se reflete na bibliografia de apoio ao professor.

Não há menção ao patrimônio como fonte histórica nas orientações gerais, mas a coleção se aproxima da metodologia da educação patrimonial visto que traz o

patrimônio através de atividades de pesquisa que visam a valorização, reflexão sobre a importância da conservação/preservação e o esclarecimento dos responsáveis pela gestão e seleção dos patrimônios históricos.

Os conceitos de patrimônio assim como na coleção anterior surgem em um texto de apoio ao professor, onde explica como as fontes ou documentos são a matéria prima do ofício do historiador, que ao estudá-los já possui um conhecimento histórico sobre ele, o que não acontece em sala de aula e o professor deve se precaver ao transformar o documento em material didático, levando em consideração o nível de escolaridade dos alunos e as especificidades de cada tipo de documento ao analisá-los. Desta forma espera-se que os alunos consigam assimilar melhor como o conhecimento histórico é construído e como os vestígios do passado fazem parte de uma memória social e devem ser preservados como patrimônio da sociedade.

Apresenta ainda como o patrimônio cultural pode ser trabalhado de diferentes formas visto que articula-se com todas as disciplinas do currículo escolar uma vez que a Educação patrimonial permeia diversos campos do conhecimento, trazendo sugestões como visitação ao museu da escola caso esta o possua, caso contrário sugere-se a criação de um memorial ou museu com o objetivo de contar a história da escola, fazer oficinas com os pertences pessoais dos alunos dando ênfase ao patrimônio pessoal e individual, pesquisa de monumentos da cidade, dentre outras que podem auxiliar os discentes na compreensão da palavra patrimônio.

Ao longo da coleção aborda-se o conceito de patrimônio como bens que por seu valor histórico precisam ser preservados. Surge também a diferenciação do patrimônio em patrimônio material e imaterial, buscando trazer a temática para o cotidiano do estudante, bem como reflexões sobre as razões sociais, políticas por trás da seleção e escolha dos mesmos, criticando como as instituições oficiais consideram patrimônio a arquitetura, música, pintura, etc, produzidos pela aristocracia, pela elite de maneira geral e como a História das classes dominadas são pouco preservadas. Outras noções importantes para a compreensão do patrimônio são expostas como o conceito de tombamento, relação de entre memória e museus, tratados aqui como locais de guarda de memórias mas que não devem ser relacionados apenas ao passado. Por fim, reflete sobre a importância e conscientização da população a respeito da preservação de patrimônios culturais.

Percebemos que ambas as coleções constroem de maneira gradativa a noção de patrimônio cultural, apresentando primeiro conteúdos base para o entendimento do que é o patrimônio como: fontes históricas, memória coletiva e individual, marcos de memória, museu, dentre outros. Tratam de maneira geral o patrimônio como bem que, por seu valor histórico, precisam ser preservados, contudo por meio de duas perspectivas diferentes, a *Buriti Mais* trará uma abordagem com um viés mais científico-historiográfico, a partir de referenciais teóricos mais acadêmicos. A coleção *Aprender Juntos* abordará o patrimônio dentro de uma perspectiva mais política, o patrimônio como conteúdo histórico pertinente à construção de identidades. Vimos ainda que ambas apresentam os patrimônios das classes minoritárias como afro-brasileiros, africanos, indígenas, contudo isto fica mais evidente na coleção *Aprender Juntos* justamente por seguir uma perspectiva mais política do ensino de história.

Apesar da coleção *Aprender Juntos* trazer reflexões importantes sobre o que é patrimônio e seus processos de produção que muitas vezes exclui os grupos minoritários e valoriza apenas o que é produzido pelas elites, bem como sua necessidade de preservação, a coleção *Buriti Mais* tem uma visão mais adequada e atualizada, uma vez que subsidiará o docente com uma visão científica-historiográfica, utilizando-se de acadêmicos para fundamentar suas argumentações, não deixando margem para especulações/ideias mal fundadas advindas de concepções do senso comum por parte do professor.

3.3 PATRIMÔNIO NAS ATIVIDADES DIDÁTICAS

No tocante às atividades de ensino, de avaliação da aprendizagem e conteúdos relacionados a temática patrimonial, embora as coleções em suas orientações gerais explicitem a importância de se trabalhar o patrimônio cultural, para a coleção *Buriti Mais* como um meio dos alunos desenvolverem o pensamento histórico por meio de procedimentos e atitudes de observação desenvolvendo-se cognitivamente, e para a coleção *Aprender Juntos* uma temática que precisa relacionar-se com experiências mais locais e individuais para que desta forma o aluno possa perceber em si sua própria historicidade e afirme sua identidade em relação ao coletivo, que ainda afirma

que o patrimônio cultural será trabalhado em toda a coleção, notamos que há poucas atividades e menções existentes. O panorama que encontramos foi:

Coleção	Ano escolar	Quantidade de páginas onde aparecem texto, menção, atividade, projeto, box, imagens, orientação docente sobre patrimônio ou educação patrimonial.	Quantidade de páginas do livro didático
Buriti Mais	1º	1	128
	2º	8	136
	3º	21	144
	4º	2	152
	5º	9	151
Aprendendo Juntos	1º	0	96
	2º	12	128
	3º	23	136
	4º	7	144
	5º	31	144

Podemos ver que há uma contradição entre o texto de apresentação da obra Aprender Juntos e o conteúdo didático, uma vez que o texto de apresentação alega que a temática do patrimônio será abordada em toda a coleção mas aparece no livro didático do 1º Ano em apenas uma página e no volume do 4º Ano em apenas 2 páginas.

Nota-se uma ênfase maior nesta temática no 3º uma vez que a Base Nacional comum curricular exige diretamente em suas habilidades que o Patrimônio seja trabalhado neste ano escolar.

3.3.1 Buriti Mais: o patrimônio no Livro do Estudante

Embora a Buriti Mais apresente uma atividade ligada à educação patrimonial no 1º Ano, não há menção ao conceito de patrimônio. Trata-se de uma atividade dentro do

estudo sobre objetos antigos, nela é questionado se na comunidade local existe algum museu ou centro cultural que contenha acervos ou objetos antigos.

Figura 2- Buriti Mais História, 1º ano, p. 23. Primeira atividade ligada à educação patrimonial que surge após o estudo dos objetos antigos.

5 NA SUA COMUNIDADE EXISTE ALGUM MUSEU OU CENTRO CULTURAL QUE TENHA OBJETOS ANTIGOS NO ACERVO?

Resposta pessoal.

• SE SIM, QUAL É O NOME DO LUGAR?

Resposta pessoal.

• SE NÃO, EM QUE LOCAL DA SUA COMUNIDADE É POSSÍVEL ENCONTRAR OBJETOS ANTIGOS?

Resposta pessoal.

• COM A AJUDA DE UM ADULTO, PESQUISE NESSE LOCAL UM OBJETO ANTIGO E VERIFIQUE SE ELE AINDA É UTILIZADO OU SE FOI SUBSTITUÍDO POR OUTRO MAIS MODERNO.

Resposta pessoal.

• FAÇA UM DESENHO DO OBJETO PESQUISADO.

23

• A atividade 5 tem o objetivo de motivar os alunos a buscar informações, exercitando a iniciativa e a curiosidade deles, características diretamente relacionadas à competência geral da Educação Básica da BNCC. 2. *Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar, testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base no conhecimento das diferentes áreas.*

• Pode-se relacionar a atividade 5 à sugestão complementar **Novos objetos ou funções?** comparando o objeto de família com o pesquisado no acervo da comunidade, procurando explorar as especificidades locais, incentivando os alunos a identificarem semelhanças para que percebam que o uso de determinadas peças se relacionam ao modo de vida das pessoas de determinado lugar (no caso, o lugar onde vivem) e em determinado tempo; e que alguns costumes permanecem ao longo da história com algumas alterações. Por exemplo, em uma comunidade rural possivelmente serão identificadas algumas ferramentas que não são encontradas com frequência no meio urbano e vice-versa. Estas atividades contribuirão para o desenvolvimento da habilidade EF01H02. *Identificar a relação entre as suas histórias e as histórias de sua família e de sua comunidade.*

Fonte: Editora Moderna, 2017

No 2º ano observamos uma atividade escrita e um texto didático para o estudante ligadas à educação patrimonial. A primeira delas surge em uma seção intitulada 'O mundo que queremos'. Esta seção busca apresentar atividades de reflexão sobre algumas posturas do cotidiano, valorização e respeito às diferenças culturais, bem como cuidado com a saúde, meio ambiente e relacionamento social.

Figura 3- Buriti Mais História, 2º ano, p. 80-81. Primeira atividade ligada à educação patrimonial que surge após o estudo das relações de memória e história.

O mundo que queremos

O Museu da Pessoa

O Museu da Pessoa é um museu virtual que tem como objetivo registrar histórias de qualquer pessoa que queira relatar a sua trajetória de vida.

Essas histórias são fontes históricas porque contam as experiências vividas por pessoas em determinado tempo e espaço.

O Museu da Pessoa foi fundado em 1991 e, atualmente, contém mais de 15 mil depoimentos e mais de 70 mil fotografias e documentos digitalizados.

Leia a seguir um trecho do depoimento da vovó Neuzi, registrado em 2008.

Quando eu morei no Brás [...] nessa [rua] Correia de Andrade [...] Eu morei lá até oito anos [...] e eu me lembro muito bem [...] que eu ia comprar arroz, feijão pra minha mãe e que o feijão e o arroz vinham... Eram uns papéis, desses de venda mesmo [...] eles iam enrolando, mas tinham uma prática de enrolar aqueles saquinhos [...] Não tinha perigo de desmanchar os saquinhos e ficava certinho. [...]

Não tinha geladeira nessa época, a gente comprava essencialmente aquilo que ia usar no dia [...].

Glossário
Brás: bairro localizado na cidade de São Paulo.

História de Neuzi Guerreiro de Carvalho. Museu da Pessoa, abr. 2008. Disponível em: <http://www.museudapessoa.net/pt/conteudo/historia/a-passagem-do-tempo-para-vovo-neuzi-48522>. Acesso em: 16 set. 2017.

80

1 O que é o Museu da Pessoa?
É um museu virtual que tem como objetivo registrar histórias de qualquer pessoa que queira relatar a sua trajetória de vida.

2 Por que é importante registrar e preservar as memórias das pessoas da comunidade?
Resposta pessoal. Os alunos poderão responder, com base no texto, que essas histórias são fontes históricas e devem ser preservadas porque contam as experiências vividas pelas pessoas no passado.

3 Desenhe no espaço a seguir um lugar ou uma situação que conta um pouco da sua história. Resposta pessoal.

81

Fonte: Editora Moderna, 2017


Após aprender sobre a relação entre memória e história, por meio do estudo de fontes, registros pessoais, o livro trará essa atividade sobre o museu da pessoa. Nela observamos que a 1ª questão é de caráter interpretativo, a 2ª questão relaciona-se com o estudo de fontes e a 3ª com o estudo dos registros e memórias pessoais. Os alunos devem compreender por meio desta atividade a função dos museus como local de guarda de memórias coletivas (fontes) que são importantes para o estudo da história.

Figura 4- Buriti Mais História, 2º ano, p. 84. Texto ligado à educação patrimonial definindo a função dos museus.

Preservação da memória

Quando cantamos uma cantiga transmitida de geração em geração, entramos em contato com as memórias e as tradições compartilhadas pelas pessoas que as cantaram no passado.

As músicas, as histórias e as cantigas são importantes, pois revelam referências e informações sobre o modo como pensavam as pessoas que as criaram. Por meio dessas memórias, podemos descobrir o que era importante para as pessoas que viveram no passado. Por esse motivo, os registros dessas memórias devem ser preservados com muito cuidado.



4 Escolha uma cantiga e cante-a para a turma. *Resposta pessoal.*

a) Por que você a escolheu?
Resposta pessoal.

b) Quantos colegas conhecem essa cantiga?
Resposta pessoal.

Produzir e reunir memória: os museus

Os museus abrigam registros e lembranças dessa memória que é compartilhada por muitas pessoas, ou seja, da memória coletiva. Eles também permitem a produção de novos registros e memórias.

Nesses locais, os registros são selecionados, preservados e estudados. Os objetos, os documentos e os relatos que eles guardam nos ajudam a descobrir as relações entre a memória que pertence a todos e a história de cada um.

84

Fonte: Editora Moderna, 2017

Observamos que em continuidade aos estudos a respeito das memórias, o livro traz o texto sobre preservação da memória tal como a função dos museus, como local de guarda. As outras menções existentes estão presentes apenas nas orientações pedagógicas aos professores que vão abordar sobre os conceitos de patrimônio, relação da memória com a história e patrimônio local, dentre outros. A obra não apresenta o conceito de patrimônio para o estudante (apenas para os professores), consequentemente também não há atividades relacionadas a ele.

No 3º Ano, observamos atividades referentes ao patrimônio histórico uma vez que a BNCC deixa mais claro em suas habilidades o trabalho com esta temática. Neste livro há a conceituação de patrimônio para o estudante e algumas atividades de classificação de patrimônios em material, imaterial e natural.

Figura 5- Buriti Mais História, 3º ano, p. 62-63. Definindo os tipos de patrimônios e a atividade de classificação de patrimônios.

O meio ambiente é considerado **patrimônio público** e deve ser protegido para o uso coletivo.

O **patrimônio natural** é composto de paisagens naturais, da fauna, da flora, dos minerais, entre outros elementos, os quais devem ser preservados pela sociedade. Muitas vezes, as atividades humanas são determinadas e influenciadas pelas condições naturais do lugar em que a comunidade está inserida.

O **patrimônio histórico material e imaterial** é o conjunto de bens que contam a história de um povo por meio de objetos (bens materiais) e de saberes produzidos pela humanidade (bens imateriais).

- Os **patrimônios históricos materiais** são representados por conjuntos arquitetônicos, vestimentas, mobílias, utensílios, armas, ferramentas, meios de transporte, obras de arte, documentos, entre outros elementos.
- Os **patrimônios históricos imateriais** são os costumes, as comidas típicas, as práticas religiosas, as festas, os cantos, as danças, a linguagem, entre outras manifestações artísticas e criativas de um povo. Podem ser transmitidos oralmente e são reproduzidos e modificados ao longo da história.

Baiana do acarajé. Município de Salvador, estado da Bahia, 2013. O ofício das baianas do acarajé é um patrimônio imaterial que foi registrado em 2005 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

O arquipélago de Fernando de Noronha é considerado patrimônio natural. Estado de Pernambuco, 2014.

O conjunto formado por igrejas, pontes, casarões e fontes de água compõe o patrimônio histórico material do município de Ouro Preto, estado de Minas Gerais, 2015.

3 Pesquise com seus colegas um patrimônio histórico material e um imaterial da região em que você vive.

Resposta pessoal.

4 Classifique as imagens de acordo com a legenda a seguir.


PN Patrimônio natural.	PHI Patrimônio histórico imaterial.	PHM Patrimônio histórico material.
-------------------------------	--------------------------------------------	-------------------------------------------



Ruínas de uma igreja em São Miguel das Missões, Rio Grande do Sul, 2015.



Passistas dançando frevo, Olinda, Pernambuco, 2015.




Vista de um mirante para as Cataratas do Iguaçu, Foz do Iguaçu, Paraná, 2015.



Vista aérea da Mata Atlântica, Porto Seguro, Bahia, 2012.



Grupo jogando capoeira, Salvador, Bahia, 2014.



Pinturas rupestres na Serra da Capivara, Piauí, 2015.

Fonte: Editora Moderna, 2017.

O patrimônio natural só é abordado na coleção durante este ano escolar, embora retorne a temática dos patrimônios históricos no livro 5º Ano.

Em um contexto em que questões ambientais são centrais para a continuidade do planeta terra, identificamos que não há uma preocupação de ambas as coleções em abordar os patrimônios naturais e/ou ambientais, pois na coleção Buriti Mais, este tema só será abordado no 3º ano, nas atividades mostradas nas figuras 5 e 6, e na coleção Aprender juntos ele nem surge.

Outro tipo de atividade presente é a de reflexão sobre o porquê um determinado local ou fonte serem consideradas um patrimônio.

Figura 6- Buriiti Mais História, 3º ano, p. 69. Atividade presente na seção 'o que você aprendeu' revisando os conteúdos referentes a patrimônio.

6 Quais foram as principais consequências das bandeiras?

A descoberta de minas de ouro, a expansão territorial da colônia, a fundação de diversos povoados, vilas e cidades e a escravização e morte de milhares de indígenas.

7 O que é patrimônio natural?

É o patrimônio composto de formações naturais que devem ser preservadas pela sociedade. São as paisagens naturais, a fauna, a flora, os minerais, os rios, os oceanos, os manguezais, entre outros elementos.



Parque Nacional do Pico da Neblina. Estado do Amazonas, 2012.

8 Observe a imagem e leia a legenda para responder à questão.



Município de Salvador, estado da Bahia, 2017. O centro histórico da cidade possui uma paisagem herdada do período colonial. As construções, como os sobrados de dois ou mais andares, são exemplos típicos da cultura portuguesa.

- Por que o conjunto de construções do centro histórico da cidade de Salvador é considerado patrimônio nacional?

Porque as construções revelam a história da colonização portuguesa no país.

69

Fonte: Editora Moderna, 2017.

Na seção "O que você aprendeu", o livro apresenta uma sequência de atividades que revisam os assuntos abordados no capítulo. Na atividade apresentada na figura 6 o aluno relembra o conceito de patrimônio natural na questão 7, na questão 8 o aluno deve responder porque o centro histórico da cidade de Salvador é um patrimônio histórico.

Estes tipos de atividade são as mais frequentes e pretendem fazer com que o aluno compreenda a importância dos patrimônios, de sua conservação e importância para o estudo da história.

O livro do 4º ano é o que menos apresenta atividades/menções ligadas à educação patrimonial. Isto se dá porque na BNCC também há um rompimento na temática da educação patrimonial, que só volta a surgir no 5º Ano.

A obra apresenta apenas na seção "para ler e escrever melhor" um texto sobre fontes documentais e a função de guarda dos museus e uma atividade referente à temática das fontes históricas.

Figura 7- Buriti Mais História, 4º ano, p. 15-16. Atividade referente a preservação de fontes históricas, p.14-14.

Para ler e escrever melhor

O texto a seguir explica o que são e para que servem as fontes históricas e sua importância para o registro do passado.

Preservação de fontes documentais

As sociedades humanas produzem, ao longo da história, os mais diversos tipos de registro, que depois são utilizados pelos arqueólogos e historiadores para estudar o passado. Esses registros são chamados de fontes documentais.

Todo material do passado que fica preservado é capaz de nos transmitir informações sobre como as pessoas viviam em tempos passados. Precisamos das fontes documentais para compreender as diferenças entre a forma como vivemos hoje e a maneira como se vivia antigamente.

Para guardar e preservar esses documentos, foram criadas instituições como arquivos, museus e bibliotecas.

Nesses locais existem pessoas especializadas na conservação das fontes, como arquivistas, biblioteconomistas e museólogos. Algumas instituições ligadas ao governo preservam os documentos que chamamos de fontes oficiais, como as leis e os tratados de um país. Mas nem sempre a história oficial mostra todos os lados dos acontecimentos. Há outros documentos que também registram a história, como jornais e panfletos produzidos por grupos não ligados aos governos, como fotografias, desenhos e relatos orais de diferentes personagens históricos.



Descendentes de imigrantes italianos, estado do Rio Grande do Sul, 1909.



Cópia da Constituição brasileira promulgada em 1891.



Folha de S. Paulo de 13 de maio de 1997.

1 De acordo com o texto, qual é a importância das fontes documentais?
Elas são importantes para acessarmos dados sobre o passado e para construirmos conhecimento sobre a história.

2 Reúna-se com dois ou três colegas, escolham um tipo de fonte e organizem uma exposição sobre ela.

- O grupo fará uma pesquisa sobre a fonte escolhida e trará para a sala de aula reproduções dela. Se for um álbum de fotos antigas que o aluno tenha em casa, ele pode ser levado para a sala no dia da exposição. Se for um jornal encontrado na internet, ele pode ser impresso.
- No dia determinado, a exposição deve ser montada sobre as carteiras ou em painéis para que todos possam visualizar. Os grupos devem se preparar para responder às seguintes perguntas:
 - Que fonte é essa?
 - Quando ela foi produzida?
 - O que ela nos diz sobre o passado?



Vestido inglês dos anos 1800.



Cópia de carta escrita pelo Duque de Caxias. Rio de Janeiro, 6 de janeiro de 1877.

.Fonte: Editora Moderna, 2017

A única menção ao patrimônio aparece em um box dentro das orientações ao professor na seção 'O mundo que queremos' que vai abordar sobre a pré-história brasileira trazendo um texto da pesquisadora Nière Guidon sobre o Parque Nacional da Serra da Capivara.

Figura 8- Buriti Mais História, 4º ano, p. 20. Box educação em valores sobre o patrimônio histórico material e os sítios arqueológicos.

Educação em valores

Quando se pensa na preservação do patrimônio histórico material, geralmente se pensa em obras de arquitetura, que precisam ser mantidas e eventualmente restauradas como parte de uma política de valorização de nosso legado histórico cultural. Mas os sítios arqueológicos também fazem parte desse legado precioso, que deve ser preservado e valorizado. Os sítios de arqueologia pré-histórica, em particular, trazem informações sobre o modo de vida dos habitantes do continente americano de milhares de anos atrás. Eles nos ajudam a ver a vida humana de uma perspectiva mais ampla.

Fonte: Editora Moderna, 2017

Ambas menções mostradas nas figuras 6 e 7 estão presentes no início do livro didático, não havendo nenhum retorno ao conteúdo do patrimônio histórico para o estudante.

Por fim, a coleção retorna com a temática do patrimônio no livro do 5º Ano, em uma seção chamada “Como as pessoas faziam para”, onde traz um texto sobre os registros em rochas, apresentando ao estudante o Parque Nacional Serra da Capivara como patrimônio histórico da humanidade por abrigar diversos registros rupestres e sítios arqueológicos.

Figura 9- Buriti Mais História, 5º ano, p. 28-29. Atividade presente na seção “como as pessoas faziam” apresentando o Parque Serra da Capivara após os estudos sobre a pré-história.



Fonte: Editora Moderna, 2017

O texto explica sobre os processos de confecção das pinturas rupestres e após a leitura o aluno deve responder duas questões, a 1ª questiona quais são os principais instrumentos e pigmentos utilizados nas pinturas rupestres do parque e na questão 2 porque que o Parque Nacional Serra da Capivara é considerada um patrimônio.

O livro trata ainda sobre patrimônio material e imaterial, vestígios arqueológicos, sítios arqueológicos, preservação dos patrimônios históricos, apresenta o patrimônio cultural como elemento importante na compreensão da relação existente entre os povos em si e dos intercâmbios culturais, como também os processos de influência de culturas. Dentro desta perspectiva, diferente do livro didático do 3º ano, traz patrimônios distantes da realidade dos alunos(as) e atividades de seleção de informação, reflexão sobre preservação e importância dos patrimônios distantes do cotidiano.


Figura 10- Burity Mais História, 5º ano, p. 132-133. O texto presente trata a respeito do patrimônio cultural (material e imaterial).

4 Registros de memória


Os povos antigos deixaram muitos legados. Já tivemos a oportunidade de conhecer alguns: a forma de organizar o tempo, o alfabeto, os números, as obras de arte, as ruínas, os bens arquitetônicos, a culinária e os aspectos da cultura religiosa.

O patrimônio cultural se divide entre material e imaterial. Como já vimos, o de primeiro tipo é composto de materiais concretos, enquanto o segundo é considerado intangível, formado por práticas, podendo passar por mudanças ao longo do tempo. Esse conhecimento chega até nós trazendo marcas do passado e colaborando para formar a cultura do presente.

As obras arquitetônicas são exemplos de bens que fazem parte do patrimônio material e que são legados culturais. Um exemplo bastante característico é o Partenon, templo dedicado à deusa Atena e construído há 2500 anos. A forma de construção das colunas foi especialmente desenvolvida pelos antigos gregos e as colunas foram inspiração para a arquitetura ao longo da História. Às vezes, com fins políticos, para mostrar imponência e grandiosidade, como pode ser visto na construção da Casa Branca (1800), sede do poder executivo nos Estados Unidos.




Além dos bens materiais, existem também os imateriais, e eles podem ser de diferentes tipos. A gastronomia é um deles. Um exemplo bastante conhecido é o acarajé. A receita é uma mistura das tradições africana e brasileira; esse prato é considerado um bem significativo da nossa cultura e foi declarado parte do nosso patrimônio imaterial.




O acarajé é patrimônio brasileiro de origem africana.

1 Marque **M** para patrimônio material e **I** para imaterial.

a) **I** Danças. c) **I** Comidas.

b) **M** Arquitetura. d) **M** Obras de arte.

2 Observe a imagem e responda às questões.



Cinco diferentes tipos de colunas demonstram um pouco da sofisticação da arquitetura grega antiga que continua a ser usada atualmente. Atenas, Grécia 2017.

a) Por que a forma dos antigos gregos de construir colunas é considerada um legado cultural?
Porque essa maneira de construir continuou sendo utilizada ao longo do tempo por diferentes povos.

b) Faça uma pesquisa sobre os tipos de colunas mais comuns na Grécia antiga e descreva cada uma delas.
São elas: dóricas (mais simples, sem base e com estútuas de deuses e heróis no topo), jônicas (mais detalhada; base semelhante a uma pilha de anéis e espirais em linhas curvas na parte de cima) e coríntias (mais exuberante na decoração, têm representações de folhas na parte de cima).

3 Cite exemplos de patrimônios imateriais da cultura brasileira.
Os alunos poderão citar o acarajé (culinária), a capoeira (dança/povo), entre outros.

Fonte: Editora Moderna, 2017

A atividade presente é de seleção, de classificação de patrimônios em imateriais e materiais. O patrimônio natural não aparecerá como apareceu no livro do 3º ano e portanto não haverá atividades ligadas a ele. Nota-se que os patrimônios apresentados são distantes da realidade do aluno e embora a obra tente na questão 3 trazer a temática para mais próximo do estudante, não há um questionamento sobre os patrimônios da cidade, bairro e sim a nível de país, neste caso o Brasil.

Nota-se, portanto, uma contradição entre as concepções do ensino de história contidos na obra e a abordagem do patrimônio, visto que a coleção afirma que deseja trabalhar a história como atividade de pesquisa, no entanto, quando trabalha patrimônio o faz por meio de atividades de interpretação de textos e imagens de patrimônios distantes da realidade do aluno(a), e não estimula a abordagem dos patrimônios locais, ignorando todo potencial educativo investigativo dos patrimônios locais defendido por ela nas orientações docentes.

3.3.2 Aprender Juntos: o patrimônio no Livro do Estudante

A coleção Aprender Juntos não apresenta em sua obra para o 1º Ano nenhuma atividade ou menção ao patrimônio histórico nem algo relacionado à educação patrimonial.

No 2º ano o livro didático traz os conceitos de fontes históricas, memória, registros de memória, museu, patrimônio. Apresentando duas atividades para os estudantes a respeito dos patrimônios históricos.

Figura 11- Aprender Juntos, 2º ano, p. 90-91. O texto presente trata a respeito do patrimônio histórico, tombamento e função dos museus.

Preservação do passado

Há bairros que são o núcleo de origem de algumas cidades. Neles, surgiram as primeiras construções e as primeiras ruas e se instalaram os primeiros moradores do local.

Nesses bairros, as construções antigas que ainda existem são registros da história. Essas construções podem fazer parte do **patrimônio histórico**, ou seja, do conjunto de bens que, por seu valor histórico, devem ser preservados e protegidos. Quando um bem é oficialmente reconhecido como parte de um patrimônio, é comum dizer que ele foi **tombado**.



O município de Paraty, no Rio de Janeiro, preserva muitas construções antigas. Seus conjuntos de construções começaram a ser tombados em 1958. Foto de 2015.

3 Você considera importante a preservação de construções antigas, como as registradas na foto acima? Por quê? *Respostas pessoais.*

4 Pesquise em publicações impressas ou digitais a origem do bairro mais próximo de vocês e procurem saber quais são as construções históricas que existem nesse bairro. Anote as informações no caderno. *Atividade de pesquisa.*

90 **novato**

Objetos e memória

Além das construções, objetos, como pinturas, fotos, esculturas, mapas e móveis, ajudam a contar a história de uma vizinhança, de um município e até de um país.

Vários desses documentos históricos podem ser encontrados em **museus**. Neles, os documentos são conservados, estudados e expostos. As fotos abaixo retratam alguns desses objetos.

A  Cômoda de cerca de duzentos anos atrás.

B  Ingresso para um baile em 1889.

C  Ferros de passar roupa, de cerca de 1950.

D  Luigi Stalione. Detalhe de Largo do paço, 1865. Óleo sobre tela. A obra representa uma parte do município do Rio de Janeiro no passado.

5 Você já visitou um museu? Como foi a experiência? *Respostas pessoais.*

6 Escolha uma das imagens acima e descreva-a para um colega. Ele deve adivinhar a imagem que você escolheu. Depois, você vai adivinhar a imagem escolhida por ele. *Resposta pessoal.*

novato e um 91

Fonte: Edições SM, 2017.

Figura 12- Aprender Juntos, 2º ano, p. 90. O texto de apoio ao professor para a realização da atividade da página 90.

APOIO DIDÁTICO

Orientações didáticas

- No trabalho com essa página, os alunos serão apresentados ao conceito de patrimônio histórico, associado, nesse momento, à ideia de patrimônio material, já que o contexto mobilizado é o de vestígios históricos presentes na paisagem das vizinhanças.
- Se julgar conveniente, faça a ressalva de que bens imateriais (como festas, músicas, práticas e saberes tradicionais da comunidade) também podem ser considerados patrimônios culturais. Ao longo da coleção, haverá o aprofundamento desses conceitos.
- Há leis em nosso país que objetivam a preservação de nosso patrimônio histó-

co e cultural. Saiba mais sobre elas no texto desta página do manual, disponibilizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), órgão responsável pelo tombamento no Brasil.

- Atividade 3 – Saber ser:** Espera-se que os alunos reconheçam a importância de se preservar as construções do passado, em razão de seu valor histórico. Elas também resguardam as memórias de um período, colaborando para a construção do conhecimento pelas novas gerações.
- Atividade 4:** Organize os alunos em duplas e oriente-os durante a atividade de pesquisa, que pode ocorrer no laboratório de informática ou na biblioteca da escola,

de acordo com a realidade da comunidade escolar. Se não houver nenhum desses espaços disponíveis, busque alternativas no município, como bibliotecas públicas, museus e salas de informática oferecidas pelo governo. Os alunos poderão pesquisar o bairro onde moram ou onde fica a escola, caso as vizinhanças sejam reconhecidas a partir dessa estrutura. Caso elas não sejam reconhecidas dessa forma, oriente-os a buscar informações sobre as construções históricas da comunidade, que integram o passado e o presente do lugar. A proposta privilegia a atitude historiadora, ao estimular os alunos a buscarem vestígios materiais em suas comunidades.

Fonte: Edições SM, 2017

A atividade surge no capítulo 9 do livro, onde os estudantes aprendem que todo bairro tem uma história. Neste texto será abordada como existiram bairros núcleos (que deram origem a outras cidades) e como as construções antigas presentes neles são registros da história e que tais construções podem fazer parte dos patrimônios históricos. Notamos que, na questão 3, o estudante deve responder oralmente se considera importante a preservação de construções antigas como a apresentada na imagem e, na questão 4, o aluno deve pesquisar em publicações impressas ou digitais a origem do bairro mais próximo a eles, quais são as construções históricas que este contém e então deve anotar no caderno.

A maioria das menções ao patrimônio estão presentes nos textos de apoio ao professor, o que exige do mesmo uma leitura atenta. Observa-se que a obra diz na orientação exposta abaixo que o patrimônio será trabalhado em toda coleção e que a temática vai ser aprofundada à medida que os estudantes amadurecem, contudo, não é o que vimos em nossa pesquisa.

Figura 13- Aprender Juntos, 2º ano, p. 30. O texto de apoio ao professor, onde afirma que o conceito de patrimônio aparece diretamente no capítulo 9 e que esse conteúdo será trabalhado em toda a coleção.

APOIO DIDÁTICO

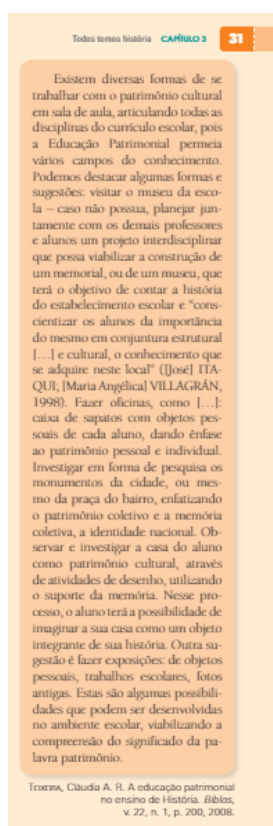
Orientações didáticas

- **Atividade prévia:** Peça aos alunos que observem seus cadernos, o estojo ou a mochila e questione-os: "O que um historiador poderia saber sobre você analisando seu material escolar?". Estimule-os a pensar não só nos aspectos formais – provavelmente, informações como o nome completo, o ano em que estudam e o nome dos professores poderão ser identificados –, mas também nos aspectos subjetivos, como a cor preferida, os nomes de amigos e de personagens de que gostam, o(s) lápis de cor que mais usam, entre outros. Caso considere interessante, algum(ns) desses materiais pode(m) ser trocado(s) entre eles; dessa forma, cada aluno vai investigar o material de algum colega e terá seu material investigado por outro colega.
- O trabalho com essa dupla de páginas permite explicitar as relações de permanência e transformação do cotidiano. A primeira página aborda versões antigas de objetos que são utilizados atualmente, evidenciando a permanência de costumes cotidianos, ainda que guarde transformações, como tipos de material e formato. Já a segunda página mostra objetos que foram substituídos por outros, ao longo do tempo, por conta das transformações tecnológicas. Os motivos que levaram a essas substituições são variados. Entre eles é possível citar o desenvolvimento de tecnologias mais eficientes e/ou econômicas. Esses processos fazem parte da história das sociedades. O debate sobre a historicidade dos objetos cotidianos favorece a percepção dos patrimônios culturais da comunidade e, novamente, reitera a importância da história local. Sobre essas relações, leia o texto reproduzido na página 31 deste manual. O conceito de patrimônio histórico será apresentado diretamente no capítulo 9, mas o trabalho com ele, ainda que indireto, permeará toda a coleção, sendo retomado e aprofundado à medida que os alunos amadurecem.
- Auxilie os alunos a analisar os objetos representados no texto "Objetos pessoais".

Fonte: Edições SM, 2017

Como já citamos anteriormente, a temática do patrimônio não é abordada no livro do 1º Ano, e no 4º Ano o patrimônio histórico surge apenas dentro de um box sobre o processo de tombamento da Hospedaria dos Imigrantes.

Figura 14- Aprender Juntos, 2º ano, p.31. O texto de apoio ao professor sobre como trabalhar o patrimônio cultural em sala de aula.




Fonte: Edições SM, 2017.

No 3º Ano a coleção apresenta uma quantidade maior de menções à educação patrimonial se comparado aos anos anteriores, contudo, no que se refere a atividades ligadas ao patrimônio a obra apresenta uma quantidade pequena de atividades diretas ao estudante, encontramos mais menções nas orientações gerais onde propõe diálogos sobre patrimônio, ou afirma que trabalhar com uma determinada atividade permite que os alunos identifiquem os patrimônios e reflitam sobre razões culturais, sociais e políticas para que sejam considerados assim, sem nenhuma explicação mais profunda a respeito de como se dá este processo. Se estas orientações pedagógicas não tiverem a atenção devida do professor não são percebidas estas informações sobre os patrimônios.

Figura 15- Aprender Juntos, 3º ano, p. 26-27. Atividade presente na seção “aprender sempre” após serem trabalhados os conteúdos das primeiras vilas e cidades e o surgimento e mineração de Minas Gerais.

Aprender sempre

1 Observe a foto ao lado. Ela mostra uma parte da igreja de São Francisco de Assis, localizada em Mariana, Minas Gerais.



Essa igreja e muitas outras, localizadas em cidades históricas brasileiras, são decoradas com ouro. Explique por que isso ocorre.

Porque elas foram construídas na época em que se desenvolveu a mineração.

2 Observem a imagem e respondam às questões.

a. Qual atividade econômica foi representada na gravura?

A extração de ouro.

b. A partir de quando ela começou a ser praticada no Brasil?

Por volta de 1700.

c. Essa gravura é da mesma época em que tiveram início as atividades de mineração? Expliquem.

Não. Os alunos podem mencionar que as atividades mineradoras tiveram início em 1700, mas a gravura foi produzida em 1827.

3 Em 1945, o centro histórico de Mariana, em Minas Gerais, foi declarado patrimônio histórico nacional. Observe a foto ao lado.

a. Qual era o estado de conservação da fachada em 2014?

bom
 ótimo
 ruim

b. Em sua opinião, esse estado é adequado a uma construção declarada patrimônio histórico nacional? Explique. Resposta pessoal.

4 Leia o texto a seguir e responda às questões.

Antônio Francisco Lisboa nasceu em Vila Rica (atual Ouro Preto), Minas Gerais [...] Filho de Manoel Francisco Lisboa, português, e de uma escrava deste, africana, de nome Isabel, tornou-se o maior escultor do Brasil, tendo trabalhado até às vésperas de sua morte. Deixou uma obra vastíssima e de grande valor artístico.

Sua formação se deu no próprio meio familiar, aprendendo com o pai [...].

a. De que o texto trata? O texto trata do artista Antônio Francisco Lisboa.

b. Onde Antônio Francisco Lisboa nasceu? Em Vila Rica, Minas Gerais.

c. O artista aprendeu a esculpir frequentando uma escola? Não, ele aprendeu as técnicas de sua arte com o pai.

5 Na época da mineração, havia muita riqueza nas vilas e cidades envolvidas nessa atividade. Será que todos os moradores compartilhavam dessa riqueza? Qual é sua opinião sobre isso? Respostas pessoais.

Fonte: Edições SM, 2017

Figura 16- Aprender Juntos, 3º ano, p. 73. Orientação didática ao professor que afirma que responder a atividade 2 permite que o aluno não só reconheça a herança africana na cultura brasileira mas também os patrimônios históricos e culturais do nosso país

Povos africanos
As origens da cultura brasileira **Capítulo 7** 73

A cultura brasileira também se formou com a contribuição de diferentes povos africanos, com seus costumes, ritmos, danças, comidas, instrumentos musicais, crenças, lendas e muito mais.

O texto a seguir fala um pouco sobre essa influência.



Atabaque



Berimbau

Os terreiros nos quais se abrigam os candomblés e umbandas são espaços com muitas características das culturas africanas – na arquitetura, nos tipos de plantas e árvores plantadas no entorno das construções, [...] na dança em círculos ao ritmo dos tambores, instrumentos que aqui e na África são usados de cidadãos. [...] Ao lado do tambor, outros instrumentos, como o berimbau, o agogô e o reco reco, se juntaram aos de origem lusitana, como o pandeiro, a viola e a rabeca, e são utilizados em grande variedade de danças e festas.

Nas congadas, maracatus, caporinas e reisados, os ritmos africanos estão na base da música tocada. [...] Se passarmos dos ritos religiosos, festas, danças e músicas [...], veremos a influência africana na culinária brasileira, principalmente na Bahia [...]. Acarajé, vatapá, aluá e xinxim de galinha são alguns pratos que [...] têm receitas parecidas com as feitas na África [...]. Além dos pratos preparados, o inhame, o cará, a noz-de-cola e a nossa tão típica banana vieram do continente africano.



Agogô



Reco reco

1 De acordo com as cores das legendas abaixo, sublinhe no texto os elementos da cultura brasileira cuja origem é africana.

■ ritmos musicais “congadas, maracatus, caporinas e reisados”

■ alimentos “acarajé, vatapá, aluá e xinxim de galinha”, “o inhame, o cará, a noz-de-cola e a nossa tão típica banana”

■ instrumentos musicais “o berimbau, o agogô e o reco-reco”

■ religiosidades “os candomblés e umbandas”

2 Você já experimentou algum dos alimentos citados no texto? Ouviu falar de alguma expressão religiosa de origem africana? Já dançou ao som de algum dos ritmos musicais que aparecem nas fotos? Respostas pessoais.

Palavra	Significado
Capota	O mais novo das filhas ou das irmãs.
Cadê	Canção na cabeça para fazer algum aborrecimento.
Moleque	Membro de praca de rua.
Nandim	Crianga recém-macada ou de praca de mesado.

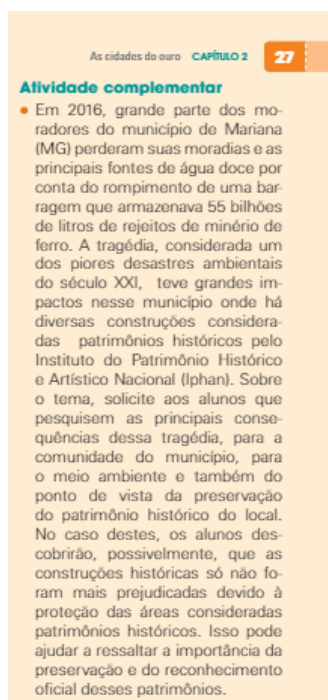
Orientações didáticas

- Ao trabalhar o tema “Povos africanos”, incentive os alunos a compartilhar suas experiências com as expressões culturais afro-brasileiras, mesmo que elas não apareçam no trecho do texto da historiadora Mariana de Mello e Souza. Preste atenção à citação de expressões preconceituosas. Se necessário, retorne os diálogos sobre a importância de se preservar tradições culturais e de se tratar com respeito todas as formas de expressão religiosa, artística e cultural. O objetivo é que os alunos compreendam que não existe cultura mais valiosa ou mais importante que outra; todas formam a cultura brasileira e devem ser igualmente acolhidas e valorizadas.
- **Atividade 2:** Incentive os alunos a compartilhar suas experiências, sempre respeitando a fala dos colegas. Ao solicitar que os alunos reflitam sobre a herança africana na constituição da cultura brasileira, a atividade permite que eles não apenas identifiquem os grupos populacionais que formam a cidade e o município, como também reconheçam os patrimônios históricos e culturais do nosso país, e discutam as raízes culturais, sociais e políticas para que assim sejam considerados. Também possibilita que os alunos identifiquem e comparem pontos de vista em relação a eventos significativos do local em que vivem, a aspectos relacionados à presença de diferentes grupos sociais e culturais, com especial destaque, neste caso, para a cultura africana.

Fonte: Edições SM, 2017

Observamos ainda algumas atividades complementares, que buscam levar o estudante a identificar patrimônios e refletir sobre sua importância.

Figura 17- Aprender Juntos, 3º ano, p. 27. Atividade complementar presente na seção “aprender sempre” após serem trabalhados os conteúdos das primeiras vilas e cidades e o surgimento e mineração de Minas Gerais.



Fonte: Edições SM, 2017

A coleção traz essas reflexões inicialmente a partir de patrimônios e contextos distantes da comunidade escolar, como é o caso da atividade complementar exibida na figura 16 que busca levantar as reflexões sobre a importância dos patrimônios a partir da tragédia ocorrida na cidade de Mariana-MG, mas depois aproxima a temática do contexto do alunos através de pesquisa dos patrimônios locais, lugares de memória do município, visita a uma cidade histórica próxima a comunidade escolar, dentre outros.

O 4º ano retorna com a temática dos museus refletindo sobre sua importância e funções de guarda, sem haver atividades diretas ao patrimônio histórico. Isto se dá porque na BNCC também há uma quebra no conteúdo dos patrimônios históricos na passagem do 3º para o 4º Ano, cabendo a esta etapa da escolaridade perceber apenas a noção de permanência e as lentas transformações sociais e culturais nas trajetórias dos grupos humanos sem nenhuma menção ao patrimônio histórico.

Figura 18- Aprender Juntos, 4º ano, p. 121. Box “registros” que contém uma atividade ligada à educação patrimonial.

Registros

O Museu da Imigração

A Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo foi construída entre 1886 e 1888, na cidade de São Paulo, para registrar e receber os imigrantes. Ali, eles ficavam acomodados e faziam as refeições até serem contratados pelos fazendeiros.

A hospedaria funcionou até a década de 1970. Em 1982, parte do edifício foi **tombada** como patrimônio histórico-cultural. No espaço, passou a funcionar o Memorial da Imigração.

Hoje, o local abriga o Museu da Imigração, criado em 1998 para reunir, preservar, documentar e pesquisar a história da imigração no Brasil.

Tombado: área, edifício ou objeto que, devido a seu valor histórico e ao interesse público, ficam sob a proteção do governo, que deve conservá-los.



Imigrantes no pátio central da Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo. Foto de cerca de 1890.

1. Registrar e acolher os imigrantes recém-chegados até que eles fossem contratados para trabalhar. Não. Hoje, o local abriga o Museu da Imigração.

Exposição sobre os direitos humanos realizada em 2016 no Museu da Imigração, antigo prédio da Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo.



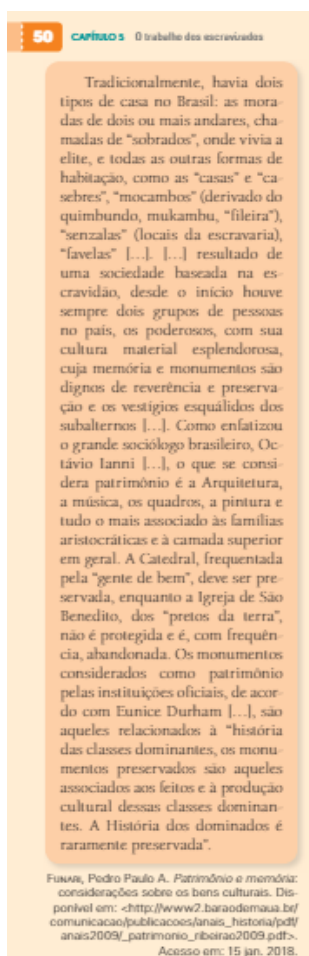
- 1** Qual era a função da hospedaria até a década de 1970? Essa função é a mesma nos dias de hoje?
- 2** Qual é a importância de preservar os objetos reunidos no Museu da Imigração? *Resposta pessoal.*

cento e vinte e um **121**

Fonte: Edições SM, 2017

Uma das poucas menções ao patrimônio surge em uma citação de Pedro Paulo Funari na obra “Patrimônio e memória considerações sobre os bens culturais”, com reflexões importantes sobre o patrimônio. O trecho aborda sobre as moradias na época dos engenhos e debate como o que se considerava patrimônio era a arquitetura, música, pintura, dentre outros produzidos pela aristocracia, pela elite de maneira geral e que os patrimônios reconhecidos oficialmente são aqueles associados à produção cultural desta classe.

Figura 19- Aprender Juntos, 4º ano, p. 50. Texto de apoio ao professor que surge ao ser abordado o conteúdo da vida nas senzalas.



Fonte: Edições SM, 2017

Embora o texto apresente uma reflexão importante quando se trata do patrimônio histórico cultural, esta fica limitada ao professor. Não há nenhuma atividade que leve o estudante a realizar a reflexão sobre preservação, oficialização dos patrimônios ou sobre os grupos representados nos patrimônios oficializados pelos órgãos estatais.

O livro didático do 5º Ano é o que mais apresenta menções ao patrimônio histórico e à educação patrimonial dentro de toda esta coleção. Já nas primeiras páginas encontramos uma atividade relacionada ao patrimônio cultural.

Embora busque relacionar as temáticas ao estudo dos patrimônios, esta ligação deve de ser feita pelo professor uma vez que são em orientações como esta que é solicitado que o professor realize esta relação. Na orientação acima o professor deve ressaltar que os fósseis são patrimônios paleontológicos.

Figura 22- Aprender Juntos, 5º ano, p. 38-39. Seção vamos ler imagens. Apresenta atividades sobre as pinturas rupestres.

Vamos ler imagens!

Pinturas rupestres


As pinturas rupestres são um dos principais registros deixados pelas primeiras comunidades humanas e podem ser encontradas em diferentes continentes.

Elas eram feitas em rochas, como as paredes de cavernas, com as mãos. A tinta era produzida a partir de uma mistura de restos de carvão, terra, plantas, animais e minerais.

Essas pinturas geralmente retratam animais, cenas de caçada ou outras atividades cotidianas das pessoas que as produziram.

No Brasil, há vários sítios arqueológicos onde é possível encontrar pinturas rupestres. Observe, a seguir, uma delas.

Nela, é possível identificar figuras que lembram seres humanos e outros animais. A cor predominante é a vermelha. Essa informação auxilia os pesquisadores a identificar a composição da tinta utilizada.




Pinturas rupestres de cerca de 12 mil anos encontradas em caverna no Parque Nacional da Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato, PI. Foto de 2015.

Agora é a sua vez

1 Sobre a foto da página anterior, preencha o quadro a seguir.

Local onde as pinturas foram feitas	Em uma caverna localizada no Parque Nacional da Serra da Capivara, no Piauí.
Quando as pinturas foram feitas	Há cerca de 12 mil anos.
Situação que a pintura possivelmente representa	Resposta pessoal.

2 Observem a foto abaixo e leiam a ficha de informações sobre ela. Depois, respondam às questões.

	Tipo de pinturas Pinturas rupestres.
Local onde as pinturas foram feitas	Rochas localizadas no município de Carnaúba dos Dantas, no Rio Grande do Norte.
Quando as pinturas foram feitas	Há cerca de 10 mil anos.
Data da foto	2014

Resposta pessoal. Sugestão: Pinturas rupestres feitas em rochas localizadas no município de Carnaúba dos Dantas, no Rio Grande do Norte, há cerca de 10 mil anos. Foto de 2014.

a. No caderno, escrevam uma legenda para essa foto. **Resposta pessoal.**

b. Quais são as cores predominantes dessa pintura? Por que essa informação é importante?

Predominam os tons em vermelho. Essa informação indica os elementos utilizados na composição da tinta.

c. Que elementos foram representados na pintura?

Vários seres humanos e outros animais.

d. Agora, usem a imaginação! Criem uma história sobre a situação representada nessa pintura e, depois, contem essa história aos colegas. **Resposta pessoal.**

3 Em sua opinião, por que as pinturas rupestres são importantes vestígios que nos possibilitam conhecer o modo de vida dos primeiros grupos humanos que habitaram o Brasil?

Resposta pessoal.

Fonte: Edições SM, 2017

Figura 23- Aprender Juntos, 5º ano, p.39. Orientação sobre a realização das atividades onde indica ao professor que na atividade 3 os alunos devem reconhecer as pinturas rupestres como patrimônio material.

- **Atividade 1:** É possível identificar que, em um dos desenhos da pintura rupestre, foram desenhadas duas pessoas atrás de um animal. Outro desenho mostra um animal e, abaixo dele, outro animal de tamanho menor. Ambos estão correndo. Abaixo deles, há uma pessoa. Essas composições podem indicar atividades de caça, representando, dessa forma, um aspecto do grupo humano que a produziu.
- **Atividade 2:** No item d, integre a proposta com a área de Língua Portuguesa e auxilie os alunos na criação da história. Lembre-os de que a narrativa precisa ter começo, meio e fim e as personagens

devem ser as figuras que aparecem na pintura. A história pode ser registrada por escrito (e depois lida para a turma), ou pode ser narrada oralmente com as ilustrações produzidas pelos alunos. Assim, eles podem experimentar a narração ilustrada e realizar registros diferentes da história produzida.

- **Atividade 3 - Saber ser:** Os alunos devem reconhecer que as pinturas rupestres, assim como os vasos de cerâmica das culturas Marajoara e Santarém, são importantes patrimônios materiais, pois elas apresentam desenhos produzidos há milhões de anos e representam alguns aspectos do dia a dia dos primei-

ros grupos humanos, como a técnica de produção de tintas dos desenhos, os animais existentes na região e a prática da caça e da pesca. A reflexão proposta permite inventariar os patrimônios arqueológicos da humanidade e do Brasil.

Fonte: Edições SM, 2017

As atividades nem sempre deixam claro para o aluno(a) que ele está lidando com um patrimônio histórico, mas as orientações ao professor costumam indicar que naquela atividade o aluno deve reconhecer o patrimônio, ou que a mesma permite que o estudante inventarie patrimônios sem aprofundar-se em como se dá este processo a partir da atividade proposta. No caso da atividade sobre pinturas rupestres o aluno deve na questão 3 opinar porque as pinturas rupestres são importantes registros que nos permitem conhecer o modo de vida dos primeiros grupos humanos que habitavam o Brasil. A orientação afirma que espera-se que o aluno reconheça as pinturas rupestres como patrimônio material, assim como as cerâmicas marajoaras apresentadas antes desta atividade.

A obra busca conscientizar os alunos sobre como algumas mudanças na cidade podem afetar os patrimônios históricos.

Figura 24- Aprender Juntos, 5º ano, p. 89. Atividade presente na seção aprender sempre após ser trabalhado sobre alguns povos africanos.

2 Em 2011, os sítios arqueológicos de Méroé tornaram-se patrimônios da humanidade. Leia o texto a seguir.

Meroe é apenas o reduto mais conhecido de um império que, pouco a pouco, começa a revelar outros segredos. Um sítio arqueológico a 300 quilômetros ao norte de Cartum abriga as ruínas de cerca de 50 pequenas pirâmides [...] que serviram de tumbas para governantes de Kush [Cuxe]. [...]

No entanto, boa parte das riquezas arqueológicas a serem descobertas nessa região corre o risco de permanecer em segredo por causa da construção da hidrelétrica de Méroé, que inclui um lago de mais ou menos 160 quilômetros de comprimento. [...]

O mistério dos faraós negros. Revista Planeta, São Paulo, Ed. Irês, ed. 458, 1º nov. 2010. Disponível em: <https://www.revistaplaneta.com.br/o-misterio-dos-faraos-negros/>. Acesso em: 3 out. 2017.

a. Que tipo de construção ameaça a preservação dos sítios arqueológicos de Méroé? Sublinhe no texto.

b. Qual é a importância de se preservar os sítios arqueológicos de Méroé? O que poderia ser feito para salvar esse patrimônio da humanidade? *Veja respostas nas Orientações didáticas.*

3 Leiam o texto abaixo e, depois, respondam às questões.

As moedas axumitas revestem especial importância. Com efeito, somente graças a elas é que ficamos conhecendo os nomes dos dezoito reis de Axum. [...] A maioria é de bronze, com tamanho variável entre 8 e 22 mm. Em geral as moedas trazem o busto dos reis, com ou sem coroa. [...]

Gamal Mokhtar (Ed.). História geral da África, v. II: África Antiga. 7. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010, p. 385.

a. Qual documento histórico é abordado no texto?
Moedas.

b. A qual povo ele se refere?
Ao povo axumita, do Reino de Axum.

c. No futuro, se um historiador fosse estudar nossa sociedade, o que os símbolos presentes nas cédulas e moedas do real poderiam significar? Escolham uma moeda ou cédula do real e analisem os símbolos que ela traz. Anotem as hipóteses que vocês criaram no caderno e, depois, compartilhem essas hipóteses com os colegas. *Resposta pessoal.*

oitenta e nove 89

Como também conscientizar o estudante sobre o papel social de cada indivíduo na preservação dos patrimônios históricos.

Figura 25- Aprender Juntos, 5º ano, p. 121. Atividade presente na seção aprender sempre dentro da temática dos povos do oriente.

3 Leia o texto a seguir para responder às questões.

A Grande Muralha da China perdeu cerca de 30% do comprimento de sua porção mais famosa [...] depois que seus tijolos foram utilizados para construir casas [...].

Cerca de 2 000 quilômetros desapareceram e 1 200 estão danificados [...].

Os habitantes que vivem perto da Grande Muralha tinham o costume de utilizar seus tijolos para construir suas casas e vários setores da fortaleza foram destruídos como consequência da expansão urbana e da construção de estradas, detalhou Cheng Dalin, um especialista da Comissão de Estudos da Grande Muralha, citado pelo jornal *Global Times*.

Cerca de 30% da Grande Muralha da China da dinastia Ming desapareceram. G1, 29 jun. 2015. Disponível em: <http://glo.bo/1dsWf/wo>. Acesso em: 11 out. 2017.

a. Sublinhe os trechos do texto que mostram os motivos que levaram parte da Grande Muralha da China a desaparecer.

b. Em sua opinião, usar os tijolos da Grande Muralha, um patrimônio da humanidade, para construir casas é uma atitude correta? Por quê?

Respostas pessoais.

c. Que medidas poderiam ser tomadas para impedir a degradação da Grande Muralha? Resposta pessoal.

4 Forme dupla com um colega para fazer uma pesquisa. Sigam as etapas abaixo. Atividade de pesquisa.

- Escolham uma filosofia ou prática cultural de origem chinesa ou indiana, por exemplo: acupuntura, *kung fu*, ioga, *tai chi chuan*, *do in*, entre outras.
- Pesquise as informações a seguir em publicações digitais ou impressas, anotando os resultados no caderno:
 - definição da filosofia ou da prática cultural escolhida;
 - características da filosofia ou da prática cultural escolhida.
- Na data combinada com o professor, compartilhem as descobertas com a turma. Nesse dia, vocês também podem levar objetos ou imagens sobre a pesquisa. Lembrem-se de contar por que escolheram essa filosofia ou prática cultural para pesquisar. Ao final, informem as fontes de pesquisa consultadas.

quando e visto o um 121

Fonte: Edições SM, 2017

Observamos que na atividade contida na página 89 (figura 23), na questão 2, a turma deve ler o trecho da notícia, sublinhar que construção ameaça a preservação dos sítios arqueológicos de Meroé. E, no item b, deve dizer qual a importância de se preservar os sítios históricos e o que poderia ser feito para salvar o sítio histórico de Meroé. A atividade da página 121 (figura 24) solicita que os estudantes leiam o texto exposto sobre o desaparecimento de parte da muralha da China porque os habitantes locais tinham o hábito de retirar as pedras da muralha para a construção de casas, é questionado ao aluno no item b se este ato é uma atitude correta e porque. Vemos que o livro apesar de buscar conscientizar os alunos sobre o papel de cada pessoa/comunidade na preservação dos patrimônios, diferente do que faz com o livro do 3º Ano que apresenta o patrimônio distante como ponto de partida para reflexão dos

patrimônios mais próximos da comunidade, o livro do 5º Ano apresenta os patrimônios dos povos trabalhados nos capítulos como: primeiros habitantes da América, povos antigos da América, China, Índia, os povos africanos e do oriente médio, dentre outros refletindo portanto sobre patrimônios muito distantes do cotidiano do estudante uma vez que muitos não estão inseridos nem no nosso país.

Constatamos que o livro preocupa-se em abordar ainda em suas atividades as lutas dos afro-descendentes por reconhecimento de seus patrimônios pelos órgãos governamentais (a obra traz o território dos quilombos) e como este reconhecimento garante a preservação destas comunidades.

Figura 26- Aprender Juntos, 5º ano, p. 94-95. Atividade sobre território quilombola contidos no capítulo “A África no Brasil.”

Expressões religiosas

A partir do século 15, a religiosidade das diferentes comunidades da África começou a ser fortemente influenciada pelos europeus. Houve práticas nativas que foram perseguidas ou até proibidas pelos europeus que dominaram esses povos.

Porém, o domínio do catolicismo no continente africano não fez desaparecer os tradicionais cultos aos ancestrais e ao mundo dos espíritos. Ao contrário, provocaram o surgimento de novas práticas religiosas que guardavam influências nativas e estrangeiras. Povos que habitavam a África Ocidental, por exemplo, conferiam títulos tradicionais a alguns padres, como *nganga*, nome atribuído aos curandeiros.

Esse processo também ocorreu no Brasil. Os africanos e seus descendentes encontraram, na aproximação entre suas divindades e os santos da Igreja católica, uma forma de continuar a praticar suas religiões e, ao mesmo tempo, demonstrar que também aceitavam a fé dos senhores, que eram católicos.

Por exemplo, entre as comunidades de origem lorubá, *lemanjá* (orixá feminino associado aos mares e oceanos) foi identificada com Nossa Senhora dos Navegantes, e *Xangô* (orixá do trovão e da justiça) foi associado a São Jerônimo. Com o passar do tempo, elementos das tradições indígenas também foram incorporados nessas expressões e podem ser identificados em cultos como a umbanda.



Cerimônia da festa de Iemanjá na praia do Rio Vermelho, em Salvador, BA. O ritual costuma ser realizado anualmente em fevereiro. Foto de 2014.

5 Você conhece outras informações sobre o candomblé e a umbanda? Em caso positivo, quais? **Respostas pessoais.**

6 Em sua opinião, por que é importante respeitar todas as religiões? **Resposta pessoal.**

94 **noventa e quatro**

Comunidades remanescentes de quilombos

Você já estudou que os africanos escravizados trazidos para o Brasil resistiram à escravidão. Uma das formas de resistência e combate eram a fuga e a formação de quilombos, também chamados de mocambos. No século 19, com o crescimento do movimento abolicionista, o número de quilombos cresceu. Nesses, não viviam apenas descendentes de africanos, mas também camponeses, caçaras e indígenas. Os moradores dos quilombos eram chamados de **quilombolas**.

Atualmente, é possível encontrar os descendentes desses grupos nas comunidades remanescentes de quilombos.

Até 1988, os quilombolas não eram considerados donos dos territórios em que viviam. Por isso, muitas vezes, eram desalojados. Com a Constituição de 1988, eles tiveram seus direitos de propriedade reconhecidos. De lá para cá, em todo o Brasil, mais de 3 mil comunidades foram certificadas.



Festa em comemoração ao dia 13 de maio, que marca o fim da escravidão, na Comunidade Negra dos Arturos, em Contagem, MG. Foto de 2017. Essa comunidade quilombola é considerada patrimônio material do estado de Minas Gerais.

1 **Porque, assim, os quilombolas são reconhecidos como proprietários de suas terras e podem continuar a manter vivas as tradições de seus antepassados.**

1 **Por que é importante para os quilombolas terem seus territórios demarcados e certificados pelo governo?**

2 **Pesquise, em publicações impressas ou digitais, informações sobre a comunidade quilombola mais próxima da escola. Procure descobrir a história da formação dessa comunidade. Anote as informações no caderno e, depois, compartilhe com os colegas. Atividade de pesquisa.**

95 **noventa e cinco**

Fonte: Edições SM, 2017

O estudante deve responder na questão 1 o porquê é importante para as comunidades quilombolas terem o território demarcado e certificado pelos órgãos governamentais. Na questão 2 deve realizar uma pesquisa sobre comunidades quilombolas próximas à escola buscando saber a história de sua formação e depois compartilhar com os colegas de classe suas descobertas.

Conceitos importantes da educação patrimonial como o conceito de tombamento surge a partir de um texto sobre o reconhecimento do terreiro Ilê Axé Iya

como patrimônio nacional e como isto representou uma vitória sobre o preconceito, elitismo, racismo e fez reconhecer a importância deste povo para nossa cultura surge na atividade da seção aprender sempre.

Figura 27- Aprender Juntos, 5º ano, p. 98-99. Atividade presente na seção aprender sempre dentro do capítulo 'A África no Brasil', que aborda sobre a cultura afro-brasileira.


Aprender sempre

1 Em 31 de maio de 1984, o terreiro Ilê Axé Iyá Nassô Oká, conhecido como Casa Branca, em Salvador, foi declarado patrimônio cultural nacional. Leia o texto a seguir, observe a imagem e responda às questões.

[...] o Terreiro Casa Branca ou Ilê Axé Iyá Nassô Oká foi o primeiro terreiro de culto afro-brasileiro reconhecido como patrimônio nacional. [...]

Segundo tradição oral e documentação existentes, o templo afro-brasileiro mais antigo de Salvador [...] tem sua fundação na década de 1830. [...]

[...] por ser o primeiro monumento afro-brasileiro a ter reconhecimento enquanto patrimônio do Brasil, o tombamento da Casa Branca foi uma vitória contra o preconceito, o elitismo, o racismo, o etnocentrismo. Fez reconhecer a importância das criações culturais afro-brasileiras*.



Encontro entre mãe e filha de santo no Ilê Axé Iyá Nassô Oká, em Salvador, BA. Foto de 2014.

Julia Morim. Terreiro Casa Branca/Ilê Axé Iyá Nassô Oká. Fundação Joaquim Nabuco, 20 abr. 2014. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=1010%3ATERREIRO+casa+branca+ile+axe+iyá+nassô+oká&catid=54%3Aletros+ilêterme&Itemid=1>. Acesso em: 4 out. 2017.

a. Quando foi fundado o terreiro Casa Branca?
Foi fundado na década de 1830.

b. Em sua opinião, o tombamento desse terreiro representou o reconhecimento da contribuição africana para a formação da cultura nacional? Por quê?
Respostas pessoais.

c. Você conhece outros espaços religiosos de origem africana? Em caso afirmativo, comente com os colegas suas experiências sobre o assunto. **Resposta pessoal.**

d. Quais outras contribuições culturais dos povos africanos fazem parte da cultura nacional? Cite exemplos. **Resposta pessoal.**

2 Leia, a seguir, a notícia de 2016 e, depois, responda às questões.

A comunidade quilombola Mangueiras, situada no município de Belo Horizonte (MG), obteve o reconhecimento de seu território [...].

A história do quilombo remonta às últimas décadas do século 19, com a ocupação das terras pela matriarca, Maria Bárbara de Azevedo [...].

[...]

Nos últimos anos, a comunidade de Mangueiras vem sofrendo ameaças de perda de seu território pelo crescimento da cidade e por obras de urbanização. [...]

Incrá reconhece território da comunidade quilombola Mangueiras (MG). Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 19 jan. 2016. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/noticias/incra-reconhece-territorio-da-comunidade-quilombola-mangueiras-mg>>. Acesso em: 4 out. 2017.

a. Sublinhe, no texto, as informações sobre a origem da comunidade quilombola de Mangueiras.

b. A Constituição de 1988 assegurou para os quilombolas o reconhecimento e a titulação de posse de suas terras ancestrais. Em sua opinião, explorar essas terras para outros fins é uma ação cidadã? Por quê?
Respostas pessoais.

3 O texto a seguir aborda a influência dos conhecimentos metalúrgicos de alguns povos africanos no Brasil. Leia-o e, depois, faça o que se pede.

A arqueologia brasileira tem revelado parte da metalurgia africana importada pelo sistema colonial e realizada aqui por africanos. Estudos [...] de artefatos metálicos recuperados nos sítios históricos do Rio de Janeiro permitem datar e analisar a qualidade de instrumentos de ferro para o trabalho agrícola [...]. Nestes estudos são encontradas enxadas, machado e enxós. [...] Os estudos da metalurgia demonstraram maior qualidade do produto africano em relação ao europeu. [...]

Henrique A. Cunha Junior. Arte e tecnologia africana no tempo do escravismo criminoso. Revista Espaço Acadêmico, v. 14, n. 166, p. 108-109, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/25365>>. Acesso em: 28 dez. 2017.

a. Quais instrumentos de trabalho são citados no texto? Você sabe para que eles servem? Se necessário, consulte um dicionário para descobrir. **Enxada, machado e enxó. Resposta pessoal.**

b. Forme um grupo com dois colegas. Vocês vão pesquisar, em publicações impressas ou digitais, tecnologias desenvolvidas por povos africanos que influenciaram o trabalho no Brasil. O resultado da pesquisa deve ser um cartaz, com imagens e informações sobre a tecnologia pesquisada. **Atividade de pesquisa.**

Fonte: Edições SM, 2017

Atividades como a apresentada acima levam o estudante a refletir sobre a cultura afro-brasileira e os seus patrimônios e a reconhecer a importância afro-descendente na cultura brasileira. Podem aprender também sobre o apagamento histórico sobre as heranças afro-descendentes e sobre o preconceito que sofrem. Assim, de posse da obra, pode-se refletir sobre o entendimento dos processos de representação das memórias coletivas por meio dos patrimônios articulados às lutas destes povos. Por mais que a obra cumpra o que está presente nas orientações gerais (onde afirma que os patrimônios materiais e imateriais desses povos são tratados em sua riqueza, na forma de alimentos, festas, artefatos, tradições dentre outros), essas reflexões tão significativas ficam limitadas ao âmbito da oralidade sem que se sugira produção de textos ou outras linguagens não-verbais.

3.3.3 Relação entre a BNCC, o edital PNLD 2019, o guia do PNLD 2019 e as coleções analisadas.

As coleções trazem os livros didáticos como bens consumíveis, com questões apropriadas à faixa etária do estudante e variação nos tipos de atividades apresentadas conforme o guia do PNLD 2019. Estão em acordo também com a Base Nacional Comum Curricular uma vez que trazem atividades de diálogo, argumentação, levantamento de hipóteses, articulação entre diferentes tempos históricos, pesquisas trazendo autonomia e a atitude historiadora, reflexão crítica à ação humana e as relações sociais e de poder, visto que vão levar os estudantes a refletirem sobre os processos de seleção do patrimônio, o que é patrimônio, qual sua importância para a sociedade/ comunidade local e também para cultura, como também o papel social de cada indivíduo na preservação dos mesmos. Da mesma forma concordam com o Edital do PNLD 2019 visto que também trazem atividades de campo como visitas a museus e monumentos históricos da cidade para melhor compreender a temática.

Ainda que estejam de acordo com estes documentos e tragam o estudante como sujeito ativo no processo de aquisição da aprendizagem dos conteúdos relacionados à educação patrimonial, tais conteúdos só aparecem nas obras quando é exigido pelos documentos regulamentadores que assim seja, revelando uma desvalorização da temática, o que nos mostra que possivelmente se estes documentos não exigissem a abordagem da educação patrimonial, ou da temática do patrimônio, este conteúdo não seria trabalhado nas coleções, nos mostrando a importância de documentos reguladores/normativos como a BNCC e o edital do PNLD.

Desprezam ainda a possibilidade da educação patrimonial e/ou patrimônio, um tema rico e de várias possibilidades de diálogos em sala de aula, serem abordados como eixos estruturadores de unidades, volumes ou mesmo de toda coleção, uma vez que os limitam aos capítulos finais, ou a seções e box.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo nos trouxe aspectos significativos relacionados ao tratamento pedagógico do patrimônio histórico. Primeiro destacamos que o principal documento curricular brasileiro, a BNCC em suas unidades temáticas e habilidades, apresenta o patrimônio como conteúdo importante para os anos iniciais do ensino fundamental. No entanto, entendemos que os livros didáticos analisados se restringem a utilizar este documento como referência única para determinar quando, como e com que frequência este conteúdo aparece em suas obras, surgindo com mais periodicidade apenas no 3º ano, sendo relacionado com maior intensidade ao contexto do estudante e no 5º ano de forma mais distante do cotidiano uma vez que a BNCC exige que seja trabalhado os patrimônios materiais e imateriais da humanidade, mas sem solicitar que se relacione com o contexto social dos alunos(as). Enfim, as autorias tomam a BNCC como prescrição e a reproduzem quando abordam o patrimônio nas coleções. Podemos questionar se essa característica se reproduz quando abordamos outras temáticas históricas: reprodução sem criatividade.

Em segundo lugar, percebemos também uma diferença importante entre as orientações gerais das obras analisadas. As coleções dispõem de duas perspectivas diferentes sobre o ensino de História. A coleção Burti Mais valoriza as referências teórico metodológicas da História como saber científico, uma vez que ensinar história para a coleção é saber utilizar fontes, compreender a ressignificação das informações e comunicar através da produção de narrativas, dentro deste entendimento ela favorece a abordagem do patrimônio como objeto de pesquisa escolar. Já a coleção Aprender Juntos traz a compreensão do ensino de história como formadora de identidades, valorizando portanto as funções políticas da História: o ensino de história deve estabelecer vínculos entre as experiências mais próximas e individuais e o patrimônio cultural da humanidade. Esta coleção orienta que, desta forma, o aluno poderá perceber sua própria historicidade e afirmar sua identidade em relação ao coletivo.

Em terceiro lugar, apesar destas diferenças teóricas, as coleções apresentaram abordagens que revelaram uma articulação semelhante com a BNCC. Ou melhor, uma dependência. As coleções não valorizam o patrimônio como possível eixo estruturador do currículo nem a metodologia da educação patrimonial como possível caminho para a realizar sua visão teórico-metodológica e seus objetivos de aprendizagem. As

coleções abordaram a temática patrimonial apenas nos momentos prescritos pela BNCC. Como uma satisfação às exigências inerentes do edital do PNLD 2019. Uma prestação de contas necessária para a sua aprovação. Se o atual documento curricular e o edital do PNLD 2019 não exigissem a abordagem da temática do patrimônio, este conteúdo seria trabalhado nas coleções? O quão importante foram os documentos reguladores/normativos como a BNCC para que encontrássemos estes conteúdos nos livros?

Um quarto aspecto importante é o fato de que, as obras favorecem e reconhecem a importância de se trabalhar mais com o conceito do que com o patrimônio como objeto de construção do conhecimento histórico escolar mediante metodologias de pesquisa. Ao analisar as atividades de ensino, avaliação, consolidação e os conceitos de patrimônio histórico percebemos que ambas apresentam uma quantidade pequena de atividades se comparado ao tamanho total dos livros didáticos. A *Buriti Mais*, ainda que apresente noções (memória, marcos de memória, marcos históricos, museus, como fontes históricas dignas de serem preservadas e não como veículos de memórias coletivas) ligadas à educação patrimonial em todos os livros da coleção, aborda explicitamente o patrimônio histórico apenas nas obras dos anos 3º e 5º ano: no livro do 3º relaciona-se o patrimônio ao contexto do estudante; e no livro do 5º ano apresenta-se patrimônios mais distantes no tempo e no espaço.

A coleção *Aprender Juntos* igualmente apresenta poucas atividades ligadas a esta temática. Trabalha com atividades ligadas à educação patrimonial e o patrimônio histórico a partir do 2º ano com reflexões sobre o patrimônio público, preservação dos patrimônios históricos e construções antigas da cidade, sendo melhor expostas nos 3º e 5º Ano também. Entretanto, assim como a *Buriti Mais*, os patrimônios serão melhor relacionados ao contexto do estudante no 3º Ano. Já no 5º Ano a BNCC exige apenas que eles conheçam os patrimônios materiais e imateriais da humanidade identificando seus processos de produção, mas não há a prescrição de atividades sobre os patrimônios próximos aos estudantes ou da comunidade escolar.

Outra constatação importante é que o maior número de menções ao patrimônio está presente nos textos de apoio ao professor nas orientações didáticas, o que exige do mesmo uma leitura atenta e diligente para que possa abordar e compreender a temática da melhor forma.

Estes limites não impedem a percepção das possibilidades pedagógicas destas obras. Dentre as coleções analisadas, por exemplo, percebe-se o reconhecimento da importância do patrimônio na construção das identidades por parte da coleção Aprender Juntos.

No livro do estudante de ambas coleções, o patrimônio aparece como tema escolar que envolve exercícios de interpretação de textos e imagens, que se afastam do ensino expositivo e verbalista trazendo o estudante como sujeito ativo no processo de ensino-aprendizagem.

No Manual do Professor das duas coleções, percebe-se também a proposição de reflexões sobre os processos de tombamento, a coleção Aprender Juntos além disso reflete sobre as representações contidas nos patrimônios históricos oficializados. As orientações pedagógicas recomendam, mesmo que em momentos pontuais, o debate sobre os patrimônios e os espaços de memória da própria comunidade escolar. No entanto, estas propostas pedagógicas são raras nos manuais dos professores e ainda mais raras nos livros dos estudantes conforme mostra o quadro abaixo

Coleções	Seção da obra	Menções ao patrimônio local	Menções ao espaço de memória local
Buriti Mais	Manual do professor	1	0
	Livro do estudante	0	2
Aprender Juntos	Manual do professor	4	1
	Livro do estudante	1	2

Por fim, a pesquisa nos trouxe a necessidade de compreender como os professores entendem e utilizam o livro didático. Se ele é de fato utilizado, se são usufruídos em sua totalidade, se os professores estão atentos e fazem uso das orientações didáticas ou apenas focam no que está contido no livro do estudante, se percebem as limitações dos livros didáticos dentro do conteúdo dos patrimônios históricos ou não e como fazem para superá-las e se o livro didático é uma fonte ou a única fonte do saber. Questões que ficam para oportunidades futuras.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

ABUD, Katia Maria, O ensino de História nos anos iniciais: como se pensa, como se faz. **Antíteses**. v. 5, n. 10, p. 555-565, jul./dez. 2012 Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/14505>> Acesso em: 19, Maio. 2021.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Patrimônio ou Matrimônio, isto é lá com Santo Antônio?: algumas reflexões em torno da relação entre memória e patrimônio.In: __. **O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da História**. São Paulo: Intermeios, 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70. 1979

BRASIL. **Lei nº. 378, de 13 de janeiro de 1937**. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Rio de Janeiro/Capital Federal, 1937.

Disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 18 Março, 2023.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>> Acesso em: 22 de Abril, 2023.

BRASIL. **Edital PNLD 2019 (Programa Nacional do Livro Didático)**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://pnld.nees.ufal.br/pnld_2019/componente-curricular/historia> Acesso em: 20 de Abril, 2023.

BRASIL. **Constituição**. Brasília: Governo Federal, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 20 de Abril, 2023.

CANELLI, Marlene. O que se ensina e o que se aprende em História. In: Oliveira, Margarida Maria Dias (Coord.). **História: ensino fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da educação básica, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7839-2011-historia-capa-pdf&category_slug=abril-2011-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 01 de Abril de 2023.

SEVERINO, Antônio Joaquim; PIMENTA, Selma Garrido. Apresentação. In: BITENCOURT, Cirne Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 13-21.

BITENCOURT, Cirne Maria Fernandes. Livros e materiais didáticos de história In: **Ensino de história fundamentos e métodos**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009. P. 293-303

CHOPPIN, História dos livros e das edições didáticas. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n3/a12v30n3.pdf?fbclid=IwAR3Z7F5lwReHcAclz4pPsBzWe-bkzxY9ifhR_TqLfHjyWs7S73Mk6VWxrCk> Acesso em: 22 Jun. 2019.

GIL, Carmem Zeli de Vargas. **Educação patrimonial no ensino de história: reconhecer, valorizar e reparar**. Palavras ABEHrtas, n. 4, out. 2021. Disponível em: <<https://palavrasabehrtas.abeh.org.br/index.php/palavrasABEHrtas/article/view/38/27>> Acesso em: 13 Dez. 2022.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Instituto Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1999

IPHAN. **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília. 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf> Acesso em: 18 Março, 2023.

IPHAN. **Iphan completa 70 anos de proteção da memória brasileira**. Disponível em: . Brasília. 2014. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1774/iphan-completa-70-anos-de-protecao-da-memoria-brasileira#:~:text=1970%20%E2%80%93%20O%20Dphan%20se%20trans%20forma,do%20Patrim%C3%B4nio%20Cultural%20\(IBPC\).](http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1774/iphan-completa-70-anos-de-protecao-da-memoria-brasileira#:~:text=1970%20%E2%80%93%20O%20Dphan%20se%20trans%20forma,do%20Patrim%C3%B4nio%20Cultural%20(IBPC).)> Acesso em: 18 Março, 2023.

LAVILLE, Christian, DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa ciências humanas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Ana Luiza. Uma construção permanente In: PINKSY, Carla Bassanezy; LUCA, Tania Regina de. **O historiador e suas fontes**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MUNAKATA, Kazumi. Livro didático como indício da cultura escolar. **Hist. Educ.** (Online), Porto Alegre, v. 20, n. 50, set/dez. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/heduc/a/cwYpSWdmxxpLjK7ZRGfxhmc/?format=pdf&lang=pt#:~:text=O%20livro%20did%C3%A1tico%20%C3%A9%2C%20em.momento%20da%20hist%C3%B3ria%20da%20escolariza%C3%A7%C3%A3o.>> Acesso em: 18 Março. 2023.

PAIM, Elison. Lembrando, eu existo. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias (Coord.). **História: ensino fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da educação básica, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7839-2011-historia-capa-pdf&category_slug=abril-2011-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 01 de Abril de 2023.

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. **Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN**. In: _____. (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbetes). ISBN 978-85-7334-279-6.

Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Servi%C3%A7o%20do%20Patrim%C3%B4nio%20Hist%C3%B3rico%20e%20Art%C3%ADstico%20Nacional.pdf>> Acesso em : 18 Março, 2023.

SILVA, Adriana M. P.; SILVA, Lucas Victor. **O Currículo de Pernambuco fugindo da mira da BNCC**. In: FERREIRA et al. BNCC de História nos Estados: o futuro do presente. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1pJqJ7bRADiTDnAH-vxXKjmOkyjNo4q9p/view?usp=sharing>> Acesso em: 20 de Março, 2023.

SOARES JR, Azemar. Ensino de História e sensibilidade: o ver, o ouvir e o imaginar nas aulas de história. **História & ensino**. Londrina, v. 25, n. 02, p. 167-190, Jul./Dez. 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/339245249_Ensino_de_historia_e_sensibilidade_o_ver_o_ouvir_e_o_imaginar_nas_aulas_de_Historia> Acesso em: 19 Maio, 2021.